



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

NATÁLIA AMÉLIA DE OLIVEIRA

**TENDÊNCIA DE USO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E DE RECURSOS
EDUCACIONAIS ABERTOS NO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

**RECIFE
2017**

NATÁLIA AMÉLIA DE OLIVEIRA

TENDÊNCIA DE USO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Gestão da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Gestão da Informação.

Orientadora: Professora Dr.^a Sonia Aguiar Cruz Riascos.

RECIFE
2017

Catalogação na fonte

Bibliotecário Jonas Lucas Vieira, CRB4-1204

O48t

Oliveira, Natália Amélia de

Tendência de uso do repositório institucional e de recursos educacionais abertos no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco / Natália Amélia de Oliveira. – Recife, 2017.

63 f.: il., fig.

Orientadora: Sonia Aguiar Cruz-Riascos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Ciência da Informação, 2017.

Inclui referências e apêndices.

1. Movimento de acesso aberto. 2. Repositórios institucionais. 3. Recursos educacionais abertos. I. Cruz-Riascos, Sonia Aguiar (Orientadora). II. Título.

020 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2017-68)



Serviço Público Federal
Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Artes e Comunicação
Departamento de Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

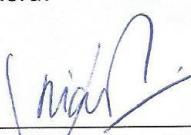
Tendência de Uso do Repositório Institucional e de Recursos Educacionais Abertos no Centro de Artes e Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco (Título do TCC)

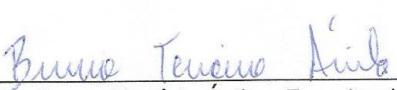
Natália Amélia de Oliveira
(Autora)

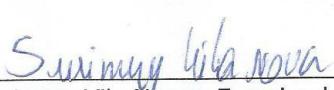
Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora, apresentado no Curso de Gestão da Informação, do Departamento de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão da Informação.

TCC aprovado em 13 de fevereiro de 2017.

Banca Examinadora:


Profa. Dra. Sonia Aguilar Cruz-Riascos - Orientadora
Universidade Federal de Pernambuco


Prof. Dr. Bruno Tenório Ávila - Examinador 1
Universidade Federal de Pernambuco


Susimery Vila Nova - Examinador 2
Universidade Federal de Pernambuco



AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus, por todas as graças concedidas.

Aos meus familiares: pai, mãe, avó e irmã pelo amor, carinho e por todo apoio prestado no decorrer da vida. Em especial, à minha prima Jamahe que todo esse tempo me apoiou e aconselhou durante o processo de conclusão deste trabalho.

Às minhas amigas da Universidade, Marília e Bruna, por todos os trabalhos em grupo, pelas discussões, aprendizados e acima de tudo, pela amizade.

Ao Caio César, que foi meu companheiro de orientação, que me ajudou não somente compartilhamento de materiais de leitura e com também com palavras de apoio.

A minha orientadora Profª. Sonia, por toda sua paciência, dedicação, carinho, suas palavras de incentivo nos momentos mais difíceis e por ter acreditado em mim para conclusão deste TCC.

RESUMO

Esta pesquisa aborda a filosofia do Movimento de Acesso Aberto ao conhecimento científico e o surgimento dos repositórios digitais como recursos capazes de organizar e tornar acessíveis os conteúdos de universidades e de instituições produtoras de conhecimento científico. Os repositórios institucionais surgiram como alternativa para aumentar a visibilidade da produção científica. O objetivo geral deste estudo é analisar a tendência de uso do Repositório Institucional por parte dos docentes do Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a disposição para compartilhamento de materiais didáticos. Neste estudo são tratados assuntos como: acesso aberto, arquivos abertos, repositórios digitais, com destaque aos repositórios institucionais, educação aberta e recursos educacionais abertos a partir do que consta na literatura. São discutidos aspectos conceituais do acesso aberto e apresentados os principais movimentos nacionais e internacionais em favor do acesso aberto. Para tanto, fez-se um levantamento bibliográfico na área da Ciência da Informação sobre os assuntos em questão, com base na literatura científica nacional e internacional. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa. Para a coleta de dados foi utilizado um questionário eletrônico aplicado pelo Google-docs. Como principais resultados, tem-se que a grande maioria dos docentes do CAC, da amostra, mostrou conhecer e aceitar os princípios do movimento e demonstraram estar propensos a depositarem seus materiais científicos e acadêmicos usados em aula, no Repositório Institucional da UFPE.

Palavras-Chave: Movimento de Acesso Aberto. Re却itórios Institucionais. Recursos Educacionais Abertos.

ABSTRACT

This research treats the Open Access Movement philosophy to scientific knowledge and also the digital repositories arose as capable resources for organizing and making accessible the universities' contents and institutions' scientific knowledge production. The institutional repositories emerged as an alternative to increase the visibility of the scientific production. The general objective is to analyze the Institutional Repository tendency of use by the professors of the Arts and Communication Center at the Federal University of Pernambuco. And also their willingness to share didactic materials. In this study, subjects such as open access, open archives, digital repositories, with emphasis on institutional repositories, open education and open educational resources are presented. Conceptual aspects of open access are discussed and also the main national and international movements. A national and international bibliographic survey was made in the Information Science field about these subjects. It is a descriptive research with a quantitative approach. For data collection, an online questionnaire was applied. As the main results, the majority of the professors of the sample showed the open access acceptance also pointed that they may deposit their scientific and academic materials at the UFPE Institutional Repository.

Keywords: Open Access Movement. Institutional repositories. Open Educational Resources.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto.....	25
Figura 2	Página Inicial do Repositório Institucional da UFPE.....	36
Gráfico 1	Idade dos Respondentes.....	39
Gráfico 2	Divulgação em Acesso Aberto	40
Gráfico 3	Conhecimento e utilização do RI.....	41
Gráfico 4	Tipos de materiais.....	42
Gráfico 5	Autorização de depósito.....	43
Gráfico 6	Razão para não autorizar o depósito.....	43
Gráfico 7	Autoarquivamento.....	44
Gráfico 8	Lei dos Direitos Autorais.....	45
Gráfico 9	Recursos Educacionais Abertos.....	45
Gráfico 10	Licença <i>Creative Commons</i>	46

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Tipos de Licença.....	34
Tabela 2	Coleta de Dados.....	39

LISTA DE SIGLAS

AA	Acesso Aberto
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
CAC	Centro de Artes e Comunicação
CC	<i>Creative Commons</i>
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
EaD	Educação a Distância
HP	Hewlett Packard
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação
IFLA	<i>International Federation of Library Associations and Institutions</i>
MIT	<i>Massachusetts Institute of Technology</i>
OA	<i>Open Access</i>
OAI	<i>Open Archives Initiative</i>
OAI-PMH	<i>Protocol for Metadata Harvesting</i>
OER	<i>Open Educational Resources</i>
OCW	<i>Open Courseware</i>
OSI	<i>Open Society Institute</i>
PNE	Plano Nacional de Educação
RDs	Repositórios Digitais
REA	Recursos Educacionais Abertos
RI	Repositório Institucional
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TEDE	Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações
TIC	Tecnologias de Informação Institucional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1	Movimentos de Acesso Aberto à informação científica.....	15
2.2	Iniciativas de Acesso Aberto à informação científica no Brasil.....	18
2.3	Repositórios Digitais.....	19
2.3.1	Principais características de repositórios digitais.....	20
2.4	Repositórios Institucionais.....	21
2.4.1	Alguns aspectos referentes ao processo de implantação.....	23
2.4.2	Repositórios Institucionais de Acesso Aberto.....	26
2.5	Educação Aberta.....	27
2.5.1	Recursos Educacionais Abertos (REA).....	29
2.5.2	Políticas Públicas para REA.....	30
2.5.3	<i>Creative Commons</i>	32
2.6	Centro de Artes e Comunicação (CAC).....	34
2.7	Repositório Institucional da UFPE.....	35
3	METODOLOGIA.....	36
3.1	Classificação da pesquisa e instrumento de coleta de dados.....	37
3.2	Universo e Amostra.....	37
3.3	Instrumento de coleta de dados.....	38
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES.....	38
5	CONCLUSÃO.....	47

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DOCENTES

APÊNDICE B – QUANTITATIVO DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO
POR DEPARTAMENTO

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a comunicação científica vem sofrendo profundas mudanças. Com o chamado “boom informacional”, e, sobretudo, com o surgimento da Internet e das novas tecnologias de comunicação, o interesse em estudos que focam não apenas os meios de registro, transmissão e preservação do conhecimento, mas também os processos de geração, produção, armazenamento de informações, disseminação, recuperação e uso da informação configuram parte essencial da Ciência da Informação. Com a Internet era possível publicar com um custo mínimo, dando aos artigos um alcance mundial, com rapidez muito maior entre a submissão do artigo e a sua publicação (MARCONDES; SAYÃO, 2009). A partir os estudos relacionados com o compartilhamento do conhecimento na sociedade eis que surge, no início da década de 1990, a filosofia do acesso aberto (AA) à informação científica:

No final da década de 90, surgem diversas manifestações em favor do acesso aberto ou acesso livre à informação científica, consequência das dificuldades encontradas em face da crise dos periódicos científicos. Buscaram-se alternativas de solução no sentido de manter o acesso a essas revistas por meio da formação de consórcios, criando-se portais de acesso às revistas eletrônicas, mas as negociações com os editores foram e são difíceis. (KURAMOTO, 2006, p.96).

Segundo Costa (2008, p. 219), o conceito de acesso aberto é definido na literatura científica como acesso à “literatura que é digital, online, livre de custos, e livre de restrições desnecessárias de copyright e licenças de uso”. Nesse ponto, surgiram a partir do Movimento de Acesso Aberto (*Open Access*) e da Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative*), os repositórios digitais.

Sarmento *et al.* (2005, p. 3) afirmam que os “repositórios são coleções digitais que armazenam, preservam e tornam disponível a produção intelectual de uma ou mais universidades, sem qualquer custo para o produtor e consumidor da informação”. Os repositórios podem ser do tipo institucional, compreendendo a produção científica de uma instituição; temáticos, abrangendo a produção científica de uma determinada área do conhecimento (KURAMOTO, 2012).

Os repositórios institucionais tem se desenvolvido, principalmente no contexto de universidades. LYNCH (2003 *apud* LEITE; COSTA, 2016, p.2013) afirma que os repositórios institucional de uma universidade é “um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros de sua comunidade, visando ao gerenciamento e disseminação dos materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade”. Santos Junior (2010, p. 37) diz que vale ressaltar que repositórios institucionais são “compostos de produção

científica e de material não científico, como por exemplo: peças publicitárias, documentos administrativos, materiais de apoio ao ensino, dentre outros". Estes materiais de apoio ao ensino, também conhecidos como materiais didáticos quando são disseminados em acesso aberto são chamados de recursos educacionais abertos (REA).

Os REAs surgiram partir do Movimento da Educação Aberta, iniciativa que tinha como principal objetivo aumentar a divulgação, o uso e reuso desse tipo de material.

Sério Neto e Garcia (2013, p.3) definem os recursos educacionais como:

materiais utilizados na educação em quaisquer suportes ou mídias como livros didáticos, textos, vídeos, softwares e outros materiais digitais que estejam disponíveis numa licença flexível ou em domínio público em formatos abertos ou livres para que outros possam usar, copiar, modificar, remixar e adequar aos diferentes contextos de trabalho ou sala de aula.

A concepção dos REA segue a premissa de que os materiais de cunho educacional devem ser disponibilizados, acessados e compartilhados. Nesse sentido, os recursos educacionais abertos apoiam o livre acesso e consequentemente contribuem com a socialização do conhecimento.

Entende-se que as iniciativas e os movimentos favoráveis ao acesso aberto à informação científica têm produzido grandes discussões entre bibliotecários, pesquisadores, editores, autores e leitores, acerca das vantagens e desvantagens. Dessa forma, a pesquisa buscou discorrer sobre assuntos que envolvem o surgimento do Movimento de Acesso Aberto internacionalmente e nacionalmente, sobre o desenvolvimento de repositórios digitais e dos recursos educacionais abertos. Para isso, baseou-se em pesquisas bibliográficas da área da Ciência da Informação.

O acesso aberto abriu novas perspectivas para a participação da ciência produzida, a educação tem ganhado novas configurações de ensino e aprendizagem, assim, o presente trabalho surgiu do interesse em conhecer a importância de uma universidade ter seu próprio repositório institucional para viabilizar não só suas produções mais também promover os ideais do movimento de acesso aberto.

Diante disso, a presente pesquisa tem como problema a seguinte questão: os docentes da Universidade Federal de Pernambuco conhecem e aceitam os principais do movimento de acesso aberto? Portanto, esta pesquisa expande os estudos no campo de Repositórios Digitais.

Nesse contexto, o objetivo geral da pesquisa é analisar a tendência de uso do Repositório Institucional e de Recursos Educacionais Abertos por parte de professores do Centro de Artes e Comunicação (CAC) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

Para tanto, tem-se como objetivos específicos: identificar se os docentes aceitam a divulgação de suas produções em acesso aberto, verificar o conhecimento e a utilização do RI da UFPE, conhecer a disponibilidade de autoarquivamento, investigar tendência de divulgação dos Recursos Educacionais Abertos.

Por fim, entende-se que tais objetivos possam apresentar uma análise sobre a utilização do Repositório da UFPE, da amostra desta pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A comunicação científica é parte essencial dos estudos na disciplina de Ciência da Informação, cujas preocupações centrais estão focadas em questões relacionadas, direta ou indiretamente, com a partilha do conhecimento na sociedade (BAPTISTA *et al*, 2007). Nota-se que a comunicação científica sofreu e continua sofrendo alterações significativas na sua produção, na estrutura e na filosofia de comunicação dos resultados de pesquisas realizadas, isso em consequência do surgimento da Internet. A internet trouxe uma mudança no modelo tradicional de comunicação, tornando a troca de informação entre pesquisadores mais fácil. De acordo com SENA (2000 *apud* ALVES, p. 129) “a internet passa a ser um instrumento de comunicação de fácil acesso que possibilita rapidez e visibilidade no intercâmbio de informações”.

O aumento na produção de informação em conjunto com os avanços tecnológicos têm gerado discussões acerca de como é tratada toda essa produção, mais precisamente, a produção científica. Sendo assim, surge um novo cenário, em que o conhecimento e a literatura científica estarão intrinsecamente relacionados ao acesso aberto. BOMFÁ *et al* (2008) apontam que essas iniciativas de acesso aberto contribuem para a consolidação de um novo modelo de comunicação científica, voltado para a disseminação do conhecimento produzido pela comunidade científica. Ou seja, não basta produzir e armazenar, torna-se necessário o compartilhamento. Não basta que produção científica seja publicada, é preciso torná-la acessível.

Principalmente, na atualidade, a informação tem se propagado no meio eletrônico, o que facilita muito em termos de divulgação da produção científica. Além disso, o Movimento de Acesso Aberto à informação tem influenciado muito na comunicação científica, assim como aponta Costa (2008, p. 230):

O sistema de comunicação científica tem significativamente sofrido o impacto da comunicação eletrônica, mais recentemente no que concerne ao acesso aberto à literatura científica. Nesse sentido, periódicos científicos eletrônicos de acesso

aberto e repositórios ampliam a disseminação da pesquisa de modo exponencial, maximizando seu impacto, sua visibilidade e seu progresso.

2.1 Movimentos de Acesso Aberto à informação científica

Coletar, tratar, armazenar e disponibilizar informação sempre foi uma preocupação das bibliotecas ao longo de sua história, consideradas assim um templo de armazenamento de informações e conhecimentos. De todos os tipos de materiais armazenados em bibliotecas, os periódicos se destacaram por serem fontes de informações atualizadas, pois os pesquisadores “disponibilizam os resultados de suas pesquisas, investigações e indagações dando aos outros pesquisadores oportunidades de conhecerem e reutilizarem esses achados para enriquecimento ou para ajudarem nas suas próprias pesquisas” (VIANA; CARVALHO, 2013, p. 4). As assinaturas de periódicos sempre foram consideradas um ponto crucial no desenvolvimento de coleções das instituições.

Na segunda metade do século XX, houve aumentos nos preços de assinaturas de revistas científicas realizados por editoras comerciais, e então, bibliotecas e instituições de ensino passaram a ter mais dificuldades para continuar a manter suas coleções de periódicos; esse problema ficou conhecido como “Crise dos Periódicos”.

Segundo Kuramoto (2006, p. 96) no final da década de 1990, surgiram “diversas manifestações em favor do acesso aberto ou acesso livre à informação científica, consequência das dificuldades encontradas em face da crise dos periódicos científicos”. Foi nesse momento que começou um movimento para o livre acesso dos artigos publicados na Internet conhecido como *Open Access Initiative*.

De acordo com a definição da *Budapest Open Access Initiative* (BUDAPEST, 2001) acesso aberto à literatura científica quer dizer:

sua disponibilização livre na Internet pública, permitindo a qualquer usuário ler, descargar, copiar, distribuir, imprimir, buscar ou fazer um link para os textos completos destes artigos, capturá-los (crawling) para indexação, utilizá-los como dados para software, ou utilizá-los para qualquer outro propósito legal, sem outras barreiras financeiras, legais ou técnicas que àquelas inseparáveis do próprio acesso à Internet. A única limitação à reprodução e distribuição, e a única função do copyright neste domínio, deve ser o controle dos autores sobre a integridade de sua obra e o direito de serem adequadamente reconhecidos e citados.

Em julho de 1999, ocorreu a Convenção de Santa Fé, no Novo México, realizada por responsáveis pelos repositórios de *e-prints* acadêmicos, e tal evento tinha como objetivo desenvolver e promover padrões de interoperabilidade entre repositórios digitais, facilitando a

disseminação eficiente de conteúdos. Como resultado dessa reunião, foi constituída a *Open Archives Initiative* (OAI), cuja meta principal foi contribuir para a transformação da comunicação científica (BAPTISTA *et al.*, 2007, p. 9). Oliveira e Carvalho (2009, p. 2) afirmam que a “interoperabilidade entre os repositórios digitais tem o objetivo de promover o acesso simultâneo aos dados contidos em diversos repositórios digitais, de forma a maximizar as buscas e reduzir o tempo de resposta”. E Kuramoto aponta que a iniciativa tinha como proposta a “definição de aspectos técnicos e de suporte organizacional de uma estrutura de publicação científica aberta, na qual ambas, a camada comercial e livre, possam se estabelecer” (KURAMOTO, 2006, p. 94).

A OAI estabeleceu especificações técnicas e os princípios administrativos formalizando o chamado modelo *Open Archives*, o qual possibilita um alto nível de interoperabilidade funcional entre esses repositórios. Uma das principais contribuições da OAI foi a criação do protocolo *Open Archives Initiative – Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), com o objetivo de facilitar a disseminação eficiente de conteúdo entre repositórios digitais. (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009)

De acordo Triska e Café, os três princípios básicos que regem essa a filosofia da Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI) são:

a) auto-arquivamento: o autor envia o texto para publicação, sem a intervenção de outras pessoas. O objetivo é ter publicações eletrônicas acessíveis rapidamente e com grande abrangência; b) revisão pela comunidade: tem como propósito a transparência das críticas e sugestões que são feitas aos textos eletrônicos depositados no repositório. Assim, o ambiente possibilita que toda a comunidade tenha acesso ao processo de revisão e versões de textos gerados com base nas sugestões; c) interoperabilidade: relaciona-se aos formatos de metadados, à arquitetura de sistema que permanece subjacente a essas escolhas, à sua abertura à criação de serviços de bibliotecas digitais para terceiros, à integração com o mecanismo estabelecido de comunicação científica/acadêmica, à sua possibilidade de uso em contextos transdisciplinares, à sua habilidade em contribuir para um sistema métrico de uso e citação (TRISKA; CAFÉ 2001 *apud* BOMFÁ *et al.*, 2008, p. 313).

Outras iniciativas também surgiram na linha de prover o movimento pelo livre acesso com tecnologias de publicação eletrônica. Alguns marcos significativos desta trajetória são os seguintes:

- Carta aberta da *Public Library of Science* (2001): Um grupo de cientistas dedicados a tornar a literatura científica e médica do mundo um recurso público lançaram uma carta aberta que circulou o mundo através de e-mail, convocando a comunidade científica a apoiar o movimento, a fim de que a literatura científica estivesse

disponível livremente por meio de bibliotecas públicas on-line, como o PubMed (SILVEIRA, ODDONE, 2004).

- Declaração do Movimento de Acesso Livre de Budapest (2002): Primeiro documento oficial do Movimento de Acesso Livre. Foi uma reunião em Budapeste, promovida pelo *Open Society Institute* (OSI), resultando um dos mais relevantes documentos e iniciativas do Movimento de Acesso Livre, conhecida como o *Budapest Open Access Initiative*. A BOAI estabeleceu o significado e âmbito do Acesso Livre e definiu duas iniciativas para o acesso à informação científica: Na via verde, incentiva os pesquisadores ao autoarquivamento de seus trabalhos publicados em revistas científicas ou aceitos para publicação com autorização dos editores, para que possam ser disponibilizados em um servidor de arquivo. Já a via dourada busca abranger os periódicos científicos eletrônicos, cujo acesso aberto aos seus conteúdos é garantido pelos próprios editores (ALVES, 2008).
- Declaração de Bethesda (2003): Resultado de encontro sobre publicação de acesso aberto realizado no dia 11 de abril de 2003, contém uma definição de acesso aberto, conclusões e recomendações de grupos de trabalho sobre organismos e instituições financiadoras de P&D, bibliotecas e editores, sociedades científicas e pesquisadores. (BOMFÁ, et al, 2008)
- Declaração de Berlim (2003): Intitulada *Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities*, objetivava eleger a Internet como instrumento funcional para uma base global de conhecimento científico e reflexão humana e estabelecer medidas que precisam ser consideradas entre os formuladores de política, instituições de pesquisa, agências de fomento, bibliotecas e museus (BOMFÁ, et al, 2008).
- Declaração do *International Federation of Library Associations and Institutions* (2004): Foi proclamado pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecas e Instituições (IFLA). Buscar defender e promover a liberdade de acesso à literatura acadêmica e a documentação de pesquisa (BOMFÁ, et al, 2008).

Os movimentos em que defendem o acesso aberto à informação científica ocorreram em diversos países e surgiram a partir de discussões entre pesquisadores, bibliotecários, autores e editores com a principal finalidade de desenvolver propostas de divulgação e acesso, de modo rápido e amplo, às publicações de literatura científica primária. Desse modo, os pesquisadores

podem proporcionar acessibilidade a sua pesquisa estimulando a publicação dos trabalhos produzidos, além da preservação digital.

2.2 Iniciativas de Acesso Aberto à informação científica no Brasil

O Brasil também aderiu ao Movimento de Acesso Aberto, os primeiros contatos com a manifestação foram dados através do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência, Tecnologia e Inovação (IBICT). O IBICT foi criado com o propósito de registrar e disseminar a produção científica brasileira (KURAMOTO, 2006). O IBICT vem acompanhando a iniciativa dos arquivos abertos desde o ano 2000.

O IBICT atua como principal incentivador da adoção do modelo *Open Archives* pelas instituições brasileiras (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009). Faz-se necessário mencionar as iniciativas do IBICT na área acadêmica, relacionadas ao aberto acesso às publicações. Em 2002, o IBICT realizou a implantação da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que é uma base de conhecimento científico de teses e dissertações. (INSTITUTO, 2017)

Em 2005, o IBICT lançou, através de uma videoconferência, o Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica, que contou com a participação do presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Prof. Dr. Ennio Candotti, e do presidente da Academia Brasileira de Ciência, Dr. Eduardo Moacyr Krieger (INSTITUTO, 2017).

O lançamento do Manifesto brasileiro de apoio ao acesso livre à informação científica em 2005 é o primeiro desdobramento político no Brasil de um movimento internacional amplo de apoio ao livre acesso à informação científica (MEDEIROS; FERREIRA *apud* MARCONDES; SAYÃO, 2009). O Manifesto objetivou:

Promover o registro da produção científica brasileira em consonância com o paradigma do acesso livre à informação; promover a disseminação da produção científica brasileira em consonância com paradigma do acesso livre à informação; estabelecer uma política nacional de acesso livre à informação científica; buscar apoio da comunidade científica em prol do acesso livre à informação científica. (MANIFESTO, 2005, p. 1).

Ainda entre os vários programas de trabalhos do IBICT, pela consolidação da política de acesso aberto, destaca-se o incentivo ao uso do *DSpace Institutional Digital Repository System (DSpace)*, um software livre desenvolvido para a preservação digital e criação de repositórios institucionais para o gerenciamento da produção científica em meio digital, permitindo maior visibilidade e garantindo a sua acessibilidade ao longo do tempo (INSTITUTO, 2017). O referido software é resultado de um projeto colaborativo do *MIT*

Libraries e da *Hewlett-Packard Company*. No Brasil, o *DSpace* vem sendo utilizado por inúmeras instituições, embora nem todas estejam relacionadas na página web do IBICT (INSTITUTO, 2017).

2.3 Repositórios Digitais

Os repositórios surgiram a partir da ideia do acesso livre a informação. Anos atrás o acesso à informação científica era realizado através de periódicos no formato impresso, o que com o passar dos anos elevou o valor de assinatura desses periódicos, prejudicando os pesquisadores.

Os repositórios digitais (RDs) são definidos pela CONARQ (2015, p.9) como sendo:

um ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais. Esse ambiente constitui-se de uma solução informatizada em que os materiais são capturados, armazenados, preservados e acessados. Um repositório digital é, então, um complexo que apoia o gerenciamento dos materiais digitais, pelo tempo que for necessário, e é formado por elementos de hardware, software e metadados, bem como por uma infraestrutura organizacional e procedimentos normativos e técnicos.

Já Viana, Arellano e Shintaku (2005, p. 3) definem repositórios digitais como “forma de armazenamento de objetos digitais que tem a capacidade de manter e gerenciar material por longos períodos de tempo e prover o acesso apropriado”.

Camargo e Vidotti, (2009, p. 55) complementam, afirmando que “os repositórios digitais possibilitam o controle, a preservação e a visibilidade da produção científica, minimizando custos de publicações e permitindo o acesso irrestrito de outras comunidades universitárias e de pesquisa e da sociedade em geral”.

O primeiro repositório digital surgiu no início da década de 1990, tendo como criador o físico Paul Ginsparg, no Laboratório Nacional de Física Nuclear de Los Alamos, Novo México, nos Estados Unidos da América. Foi denominado ArXiv e abrangia áreas como Física, Ciência da Computação e Matemática. O Repositório ArXiv foi desenvolvido experimentalmente como uma alternativa ao modelo adotado no processo de comunicação científica, propiciado pela crise das revistas científicas (ALVES, 2008 *apud* FERNAL; VECCHIATO, 2013, p.822). Esse repositório foi pioneiro na construção de *Open Archives* e possibilitou à comunidade científica internacional uma alternativa para a publicação gratuita de pesquisas, garantindo desse jeito a autonomia dos autores em relação aos grandes editores internacionais. (GINSPARG, 1996 *apud* BOMFÁ *et al*, 2008).

Os repositórios digitais, também denominados pela comunidade científica como *e-prints*, surgiram como alternativas ao tradicional sistema de comunicação científica (KURAMOTO, 2006). Os RDs servem de ferramentas para promover o acesso aberto, viabilizar aos resultados de pesquisas de produções acadêmicas e científicas e possibilitar a preservação da memória científica de uma instituição, a utilização dessas novas ferramentas possibilitam agilidade e rapidez no acesso à informação.

Segundo Fernal e Vechiato (2013) esses ambientes têm sido utilizados pelas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa para divulgação e armazenamento do que é produzido, incluindo também os documentos administrativos, que permitem a preservação desses documentos e da memória no âmbito dessas instituições. Tal estratégia de armazenamento faz uso de padrões como o protocolo de coleta de metadados da Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI – PMH). O modelo OAI facilita o compartilhamento de metadados com outras instituições.

2.3.1 Principais características de repositórios digitais

Heery e Anderson (2005 *apud* CASTRO; PELUFÉ; ARRUDA, 2013, p.3) citam algumas características que diferem os repositórios de outras coleções digitais: o depósito do conteúdo disponibilizado é realizado pelo seu criador ou por terceiros; o gerenciamento de seu conteúdo e de seus metadados é feito pela arquitetura do repositório; o repositório oferece um conjunto mínimo de serviços básicos, por exemplo: upload, download, pesquisa e controle de acesso.

Os repositórios surgiram inicialmente como temáticos, que incluíam apenas o conteúdo de determinada área do conhecimento. Em seguida a ideia evoluiu para que esses repositórios se agrupassem e ficassem sob a responsabilidade de instituições centradas na divulgação da produção científica local, passando para a denominação de repositório institucional (CAFÉ *et al.*, 2003).

Destacam-se as modalidades:

- Repositórios temáticos: São constituídos por um agrupamento de pesquisas científicas de uma determinada área do conhecimento, que são acessíveis por meio da internet (FERNAL; VECIATO, 2013, p. 106). Esses repositórios fazem uso de tecnologias abertas e da iniciativa dos arquivos abertos, os quais propiciam acessibilidade aos resultados das pesquisas científicas e à discussão entre os seus pares. (CAFÉ *et al.*, 2003).

- Repositórios institucionais: Conjunto de serviços que instituições de ensino superior e de pesquisa oferecem aos membros de sua comunidade, visando o gerenciamento e assim como a disseminação de materiais digitais criados pela instituição e pelos membros de sua comunidade (LYNCH, 2003). Esses repositórios possibilitam “o controle, a preservação e a visibilidade da produção científica, minimizando custos de publicações e permitindo o acesso irrestrito de outras comunidades universitárias e de pesquisa e da sociedade em geral” (CAMARGO; VIDOTTI, 2009, p. 55).

Ainda segundo Camargo e Vidotti, os repositórios digitais possuem processos e funções semelhantes aos de bibliotecas digitais no que diz respeito ao armazenamento, à organização e também, ao tratamento da informação, para o intuito de recuperação e de disseminação das mesmas. Contudo, “eles possibilitam o autoarquivamento e a interoperabilidade entre diversos sistemas de informação por meio da coleta de metadados em arquivos abertos” (CAMARGO; VIDOTTI, 2009, p. 61).

2.4 Repositórios Institucionais

Repositório institucional (RI) de uma universidade/instituição é definido por Lynch como “um conjunto de serviços que a universidade oferece aos membros da sua comunidade, para a gestão e disseminação de materiais digitais, criados pela instituição e pelos membros da sua comunidade” (LYNCH, 2003 *apud* CARDOSO, 2009 p. 24).

A partir do lançamento do software *DSpace*, em 2002 foram criados os primeiros repositórios institucionais como uma estratégia das instituições para acompanhar as mudanças aceleradas que ocorreram na comunicação eletrônica técnico e científica e também para ser “uma base de dados digital e virtual, de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição” (DODEBEI, 2009, p. 91). Além disso, também tinha como finalidade tentar diminuir os problemas causados pelas falhas nas coleções de periódicos devido ao preço das assinaturas (WARE, 2004).

De acordo com Sayão e Marcondes (2009, p. 23), o RI pode ser definido como:

[...] uma base de dados na Web na qual uma instituição de pesquisa deposita sistematicamente sua produção acadêmica e a disponibiliza de forma ampla para as comunidades interessadas. Sobre essa base de dados é oferecido um conjunto de serviços voltados para a gestão e para a disseminação de informações em formato digital. Esses serviços incluem captura, armazenamento, tratamento técnico, organização, preservação e entrega de conteúdos digitais de toda a natureza – texto, imagens, vídeo, áudio, apresentações, programas de computador, datasets etc.

Para complementar essas definições, Café *et al.* (2003, p. 4) afirmam que um RI é “a concentração de todos os repositórios temáticos hospedados em uma organização”. Em universidades, em geral, cada departamento trata de uma área do conhecimento, logo seu repositório temático se torna específico no assunto. Dessa forma, a união de todos os repositórios das diversas unidades de pesquisa pode compor o repositório institucional, caracterizando-o como multidisciplinar.

O desenvolvimento de repositórios institucionais tem ocorrido principalmente no contexto de universidades. No que concerne às universidades, RI representam uma nova estratégia que as permite “influenciar de maneira séria e sistemática as mudanças aceleradas que vêm ocorrendo na produção do saber e na comunicação científica” (LYNCH, 2003 *apud* LEITE, COSTA, 2006, p. 212)

No que diz respeito às universidades brasileiras Fernandes e Singer (2011, p.2) afirmam que elas:

desenvolvem grande parte da ciência que conhecemos. Isso quer dizer que além dos cursos de graduação e pós-graduação, essas instituições têm como função sistematizar informação e produzir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento humano em vários setores da sociedade e levá-los a público.

Os arquivos encontrados nesses repositórios são, em sua maioria, de natureza científica e acadêmica, com uma variedade de materiais a serem disponibilizados, através de RI’s, tais como: artigos científicos, objetos de aprendizagem, teses e dissertações, materiais de cursos, áudio e vídeo, artigos de conferências, relatórios técnicos, relatórios de projetos, capítulos de livros, livros, apresentações e imagens; e, além destes, os RI podem ainda armazenar materiais pedagógicos (CARDOSO, 2009).

Ainda sobre tipos de materiais armazenados em repositórios institucionais Mueller, (2006, p. 32) complementa:

Os repositórios institucionais reúnem documentos produzidos na instituição. Por exemplo, repositórios de uma universidade reuniriam toda a produção científica ou acadêmica produzida na universidade, em forma digital, formando coleções de documentos digitais. Os mantenedores dos repositórios assumem então a responsabilidade de preservá-los, atribuindo-lhes, portanto, funções de memória institucional, mas a função principal é aumentar a visibilidade da instituição, permitindo e estimulando o acesso à produção da universidade. Os repositórios são abertos a todos os interessados, oferecendo meios de busca, identificação e recuperação. Todo tipo de documento produzido na universidade seria depositado no repositório universitário, como trabalhos dos professores e pesquisadores apresentados em congressos e reuniões profissionais, versões de artigos impressos, relatórios de pesquisa, programas de disciplinas e textos elaborados para aulas, trabalhos elaborados por alunos, teses e dissertações, trabalhos de disciplinas e outros.

Entre a série de benefícios oferecida pelos repositórios institucionais como centralizar, preservar, tornar acessíveis e disseminar o capital intelectual de uma instituição, ao mesmo tempo eles aumentam a visibilidade do pesquisador e da instituição de ensino e pesquisa. Além desse importante papel na comunicação científica, os RI's também representam um instrumento para a gestão da informação científica (LEITE; COSTA, 2006).

Martins e Alvez (2013, p.6) afirmam que os repositórios institucionais possuem importância para as instituições de ensino superior, e enumeram alguns benefícios:

- a) maior visibilidade da produção científica dos pesquisadores; b) fácil acesso aos documentos que até então estavam disponíveis apenas em suporte impresso; c) apoio e colaboração na pesquisa, bem como facilidades na livre troca de informações científicas; d) fornecimento de uma base para trabalhos acadêmicos que pode interoperar com outros sistemas e maximizar a eficiência e o compartilhamento das informações; e) aumento da visibilidade, reputação e prestígio da instituição; f) novas oportunidades para o arquivamento e preservação de documentos digitais.

Com base em Crow (2002), Leite também mencionou algumas vantagens da utilização de um RI: “além de prover um componente crítico para a reforma do sistema de comunicação científica, expandir o acesso à pesquisa, reafirmar o controle sobre o saber pela academia e reduzir o monopólio dos periódicos científicos” (CROW, 2002 *apud* LEITE, 2009, p. 105). Também podem atuar como indicadores da qualidade de uma instituição e mostrar a importância científica de suas atividades de pesquisa, aumentando a sua visibilidade e a de seus pesquisadores, assim como ampliando o valor da própria instituição (LEITE, 2009).

Dessa forma, os repositórios tem um papel importante para a comunicação científica uma vez que contribuem para o ciclo de criação, disseminação e uso da informação, concebendo um serviço de informação de acesso livre. Além disso, promove espaços de integração online para os pesquisadores contribuindo para gestão do capital intelectual das universidades.

2.4.1 Alguns aspectos referentes ao processo de implantação

Para implantar os repositórios digitais, existem várias ferramentas e softwares disponíveis, tais como: *Eprints*, *Fedora*, *DSpace* e *Opus*. O *DSpace* foi desenvolvido pelo *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em parceria com a Hewlett Packard (HP) e se configura como um software livre (Open Source) para a construção de repositórios digitais. No Brasil, como mencionado anteriormente, o IBICT distribui o software *DSpace* para a construção de repositórios institucionais de acesso aberto.

Segundo Leite e Costa (2009), quanto às iniciativas de repositórios institucionais em todo o mundo, no tocante à orientação, afirmam que podem ser agrupadas em duas abordagens principais: Rígida e Flexível. Os autores complementam, afirmando que “é importante que os responsáveis pelo seu planejamento e construção conheçam e estejam cientes das implicações da escolha de uma ou outra abordagem” (COSTA, LEITE, 2009 p.173):

Na abordagem rígida estão iniciativas – como o Glasgow ePRINTS Service – cuja orientação é de que os repositórios institucionais devem priorizar conteúdos que foram submetidos ao processo de avaliação pelos pares, especialmente artigos de periódicos, sejam eles pré-prints ou pós-prints. Nesse caso, o principal argumento diz respeito ao controle de qualidade conferido pela avaliação por pares às informações que o repositório gerencia. Tal argumento contribui, indiscutivelmente, para sua credibilidade e adoção por parte da comunidade, como alternativa de comunicação científica. A abordagem rígida preconiza que repositórios institucionais devem responder, preponderantemente, à função de potencializar a comunicação científica formal, visando especialmente à maximização dos impactos dos resultados das pesquisas por meio da disseminação ampla e irrestrita de artigos de periódicos científicos, principal argumento do movimento de acesso aberto à informação científica. Qualquer variação desse foco significa enfraquecimento dos argumentos do movimento em prol do acesso aberto, que tem por missão principal aumentar o impacto da pesquisa por meio da maximização do acesso. Por essa razão, sob essa abordagem, os repositórios institucionais devem priorizar a literatura científica avaliada pelos pares, o que, essencialmente, está ligado ao sistema de publicações científicas (COSTA, LEITE, 2009 p.173).

No que diz respeito abordagem flexível podemos afirmar que “contempla, além da literatura científica avaliada por pares, outros conteúdos de natureza acadêmico-científica produzidos por membros da instituição” (LEITE, 2009, p.28).

Leite (2009) elaborou um modelo conceitual e também prático para a construção de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica, que constituem um conjunto de instruções. Tais instruções determinam aspectos que devem ser levados em conta no momento da elaboração e da execução de um projeto de repositório institucional, em universidades e/ou institutos de pesquisa. O modelo foi desenvolvido em quatro fases: “planejamento; implementação; participação da comunidade; e estratégias para construir o sistema global de gestão e comunicação do conhecimento científico” (LEITE, 2009, p. 37). Segue o modelo abaixo:

Figura 1 - Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto



Fonte: LEITE, 2009, p. 37.

Chalhub (2012) resume o modelo para implantação do RI de Leite em:

A primeira fase preconiza a identificação dos atores e seus papéis, constituição e capacitação da equipe. Em seguida é realizada a escolha do *software*, definição dos metadados, das diretrizes e procedimentos para criação das coleções, elaboradas as políticas de funcionamento e o fluxo do depósito. Na terceira fase são previstas ações de *marketing* e povoamento do repositório, assim como a elaboração de políticas de depósito e de povoamento do repositório. A última fase estabelece a integração do repositório com a rede global e aberta de informação científica, ou seja, o registro em diretórios internacionais como ROAR (CHALHUB, 2012, p 117).

Chalhub (2012, p. 116) ainda aponta que a construção de um RI está relacionada a uma série de elementos que incluem: “desde a aquisição de kits tecnológicos, a elaboração de políticas, os procedimentos para adoção de estratégias, softwares a serem utilizados, além da escolha dos formatos de arquivo recomendados para preservação, e da adoção dos padrões de metadados”, dentre outras ações.

Segundo Leite (2009, p. 37): “na maioria dos países, a criação de repositórios institucionais tem sido uma iniciativa que parte ou é realizada nas bibliotecas das instituições de ensino e pesquisa”. Isso, provavelmente, ocorre por que os processos envolvidos nas rotinas de um repositório institucional possuem natureza muito próxima aos trabalhos desenvolvidos em ambientes digitais por bibliotecas.

Ainda segundo Leite (2009, p. 13) é fundamental que “a equipe responsável pela construção de um RI possua conhecimentos acerca das implicações contextuais, teóricas e

práticas que envolvem o seu planejamento, implementação e funcionamento no âmbito de bibliotecas de universidades". Isso, para que a equipe consiga desenvolver as funções requeridas para a consolidação de um repositório, cumprindo a linha do Movimento de Acesso Aberto.

Quanto ao sucesso da implantação de um repositório institucional Leite (2009, p. 9) afirmar que:

Para se desenvolver e manter um RI não basta ter a disponibilidade de tecnologias e um parque computacional, mas principalmente desenvolver mecanismos que estimulem a comunidade institucional a depositar a sua produção científica e, finalmente, mecanismos de gestão do repositório. Esses fatores são apresentados nesta obra com proposições para disciplinar ou orientar o desenvolvimento e implantação de um RI.

E Kuramoto (2010) reforça que é necessário o desenvolvimento de política de informação científica conforme aponta:

desenvolvimento dos repositórios institucionais não dependem apenas de infraestrutura, mas dependem muito mais de elementos de gestão, que podem ser representados na figura de mandatos e normas a serem estabelecidos pelas universidades e também pelas agências de fomento à pesquisa.

2.4.2 Repositórios Institucionais de Acesso Aberto

Um repositório institucional de acesso aberto é constituído por um serviço de informação científica dedicado ao gerenciamento da produção intelectual de uma instituição. Contempla, por conseguinte, "a reunião, armazenamento, organização, preservação, recuperação e, sobretudo, a ampla disseminação da informação científica produzida na instituição" (LEITE, 2009, p. 21). Logo, "os arquivos/repositórios de acesso livre, baseados em arquivos abertos, são interoperáveis e, por esta razão, podem ser acessados por diversos provedores de serviços disponíveis em nível nacional e internacional" (LEITE; MÁRDERO ARELLANO; MORENO, 2006, p. 84).

Os autores ainda listam as características destes arquivos/repositórios de acesso aberto (LEITE; MÁRDERO ARELLANO; MORENO, 2006, p. 83):

- i) processo automático de comentários; ii) geração de versões de um mesmo documento: uma vez que o documento seja comentado, o autor pode gerar novas versões do mesmo, atualizando a informação; iii) heterogeneidade dos formatos contemplados no sistema: inicialmente concebido para servir à divulgação de pré-prints, os arquivos de acesso aberto ampliaram sua tipologia de documentos que podem ser arquivados; iv) auto-arquivamento, que devolve o direito ao autor de enviar seu texto para publicação onde este decidir e sem intermediação de terceiros: os documentos eletrônicos são inteiramente gerenciados pelos cientistas e são suficientemente flexíveis tanto para coexistir com os sistemas de publicação tradicional como para auxiliar os editores a se envolverem com algo mais próximo das necessidades dos pesquisadores, e v) interoperabilidade no funcionamento dos

arquivos de acesso aberto: os arquivos/repositórios de acesso aberto envolvem um conjunto mínimo de metadados, um tipo de arquitetura subjacente ao sistema, com abertura para a criação de serviços de bibliotecas digitais compartilhados e medidas de uso e de citação.

Os repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica lidam exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição, portanto, “não se prestam à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza” (LEITE, 2009, p. 21). O autoarquivamento e a interoperabilidade também são características que devem existir em um repositório institucional. Torna-se importante destacar que a principal função do repositório é aumentar a visibilidade da instituição, permitindo e estimulando o acesso à produção intelectual do local.

2.5 Educação Aberta

O advento da Internet proporcionou um grande avanço para a comunidade acadêmica, como já foi mencionado e com isso, possibilitou-se a criação e a produção de outras formas e suportes de conhecimento que não ficam restringidas a uma única pessoa ou a um determinado grupo. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) disponibilizam meios de suporte para que informações sejam compartilhadas, disseminadas e melhoradas de forma colaborativa, especialmente os materiais e recursos educacionais.

Diante dessas transformações surgiu o Movimento da Educação Aberta no mundo e no Brasil. O movimento apoia e encoraja projetos voltados para práticas de acesso e compartilhamento aberto de bens educacionais na Internet, com a finalidade principal de aumentar a divulgação, o uso e o reuso de materiais didáticos produzidos. Além disso, torna-se viável o compartilhamento de metadados por meio de mecanismos que centralizam as informações contidas nos repositórios em um único portal.

Amiel (2012 p.19) define a Educação Aberta como:

fomentar ou ter a disposição por meio de práticas, recursos e ambientes abertos, variadas configurações de ensino e aprendizagem, mesmo quando essas aparentam redundância, reconhecendo a pluralidade de contextos e as possibilidades educacionais para o aprendizado ao longo da vida.

O termo Educação Aberta tem sido essencialmente associado à Educação a Distância, entretanto, a Educação a Distância (EaD) deve ser compreendida como uma modalidade, de modo que a Educação Aberta pode tanto se apresentar nessa modalidade, como na presencial. E quando a EaD congrega os Recursos Educacionais Abertos (REA), “traz consigo uma gama

de novas práticas de ensino-aprendizagem que se popularizaram com o advento das tecnologias educacionais” (SANTOS, 2012, p.71).

A Educação Aberta pode ocorrer tanto no ensino aprendizagem presencial quanto no ambiente virtual da Educação a Distância, e ambas podem utilizar Recursos Educacionais Abertos (REA) como materiais didáticos, e também, como fontes de apoio. Santos (2012 *apud* SILVA, 2014, p. 18) lembra, que o termo Educação Aberta é “utilizado em diversos contextos e pode englobar práticas tradicionais ou contemporâneas, sendo os REA apenas uma das formas de fazer Educação Aberta”.

Santos (2012, p.72) descreve alguns atributos e práticas que caracterizam a Educação Aberta:

- a) A liberdade do estudante decidir onde estudar, podendo ser de sua casa, do seu trabalho ou até mesmo da própria instituição de ensino e/ou pólos de aprendizagem;
- b) A possibilidade de se estudar por módulos, acúmulo de créditos ou qualquer outra forma que permita ao estudante aprender de forma compatível com o ritmo necessário para seu estilo de vida;
- c) A utilização da autoinstrução, com reconhecimento formal ou informal da aprendizagem por meio de certificação opcional;
- d) A isenção de taxas de matrícula, mensalidades e outros custos que seriam considerados uma barreira ao acesso à educação formal;
- e) A isenção de vestibulares e da necessidade de apresentar qualificações prévias, que poderiam constituir uma barreira de acesso à educação formal;
- f) A acessibilidade dos cursos para alunos portadores de alguma deficiência física, bem como dos que têm alguma desvantagem social;
- g) A provisão de Recursos Educacionais Abertos, utilizados tanto na educação formal quanto na informal.

Em 2007, de acordo com a Declaração da Cidade do Cabo, a sociedade, de forma geral, estava próxima de uma revolução no ensino e na aprendizagem. Educadores em vários países passara a desenvolver um grande conjunto de recursos educacionais na Internet, que estão abertos e livres para quem quiser usar, ou seja:

esses educadores estão criando um mundo onde cada uma e todas as pessoas podem acessar e contribuir para a soma de todo o conhecimento humano. Eles também estão plantando as sementes de uma nova pedagogia, onde educadores e estudantes criam, moldam e desenvolvem conhecimento de forma conjunta, aprofundando seus conhecimentos e habilidades e melhorando sua compreensão durante o processo. (DECLARAÇÃO DA CIDADE DO CABO, 2007 *apud* SILVA, 2014, p.21)

Para Moraes, Ribeiro, Amiel (2011, *apud* SILVA, 2014, p 21) o Movimento de REA é “uma chamada para a participação. Para que não se faça somente o uso dos recursos existentes, mas para que também que haja contribuição na produção e modificação no que encontrar”.

2.5.1 Recursos Educacionais Abertos

As discussões sobre Recursos Educacionais Abertos, em inglês *Open Educational Resources* (OER), cresceram, a partir de 2001, com a criação das licenças *Creative Commons*. De acordo com Sampaio (2013), foi nesta mesma época que o *Massachusetts Institute of Technology* (MIT), dos Estados Unidos, anunciou que em breve estaria disponibilizando todos os seus recursos na Internet para que fossem acessados livremente e de forma gratuita, os quais se denominou como *Open Courseware* (OCW) (SILVA, 2014, p 22).

A partir de então, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecendo a importância de tal iniciativa para a educação mundial, organizou o primeiro fórum global sobre OCW, em 2002. Neste mesmo evento, “foi utilizado pela primeira vez o termo *Open Educational Resources* (OER), em português: Recursos Educacionais Abertos (REA)” (SILVA, 2014, p 23).

No entanto, o movimento somente ganhou força a partir de uma reunião convocada pela *Open Society Institute* e pela Fundação Shuttleworth, na Cidade do Cabo, em setembro de 2007. O encontro tinha como objetivo acelerar os esforços para promover os recursos abertos, a tecnologia e as práticas de ensino. A elaboração da Declaração da Cidade do Cabo para a Educação Aberta foi o primeiro resultado concreto deste encontro (SILVA, 2014).

Conforme a Declaração da Cidade do Cabo (2007, p.1), os recursos educacionais abertos são:

materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, fixados em qualquer suporte ou mídia, que estejam sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros. Três são os elementos principais dos REA: conteúdos de aprendizado, ferramentas técnicas e recursos para implementação.

Conforme destacam Sério Neto e Garcia (2013, p. 2) os recursos educacionais abertos surgem como

proposta para uma nova configuração de ensino e aprendizagem promovendo a Educação Aberta por meio do acesso ao ensino pelas mídias digitais e do uso dos novos recursos tecnológicos que buscam levar a aprendizagem aonde a escola tradicional não consegue chegar.

Segundo Cruz-Riascos, Rezende e Torres (2016, p.166) os REAS além de facilitar o acesso ao conhecimento, em especial aos estudantes, buscam a colaboração e o intercâmbio de práticas, já que as publicações estão disponibilizadas em formato online, sendo o principal objetivo por trás do desenvolvimento desses recursos. As autoras acrescentam que “a disseminação dos REA possibilita aos outros a oportunidade de utilizar, modificar, adaptar e

redistribuir o material, formando uma rede de intercâmbio de informações e contribuindo com o aumento do conhecimento” (CRUZ-RIASCOS; REZENDE; TORRES, 2016, p. 166).

Talvez os exemplos mais visíveis de recursos educacionais digitais sejam os “objetos de aprendizagem” (OA), reconhecidos como demonstrações e/ou simulações utilizadas para explicar um único conceito em uma área do conhecimento. Para Tortosa (2006 *apud* SILVA; CAFÉ; CATAPAN, 2010 p.95), os objetos de aprendizagem são “peças essenciais na construção do material docente, de forma que os conteúdos educativos se fragmentem em unidades modulares independentes para ser reutilizados em ambientes distintos e em aplicações diferentes”.

A partir daí, as discussões sobre REA atingiram amplitude e adeptos em vários países, inclusive no Brasil. O Movimento REA no Brasil incluiu a participação de vários atores de diversas áreas do conhecimento, incluindo, sobretudo educadores, no ano de 2008, além de organizações da sociedade civil e o poder público. Época em que foram conduzidas as primeiras práticas de apoio à discussão internacional acerca dos Recursos Educacionais Abertos (REA) e da Educação Aberta com vistas à realidade e às perspectivas brasileiras (SAMPAIO, 2013).

As discussões a este respeito deram origem à comunidade REA-Brasil e ao primeiro website dedicado aos Recursos Educacionais Abertos. De acordo com Sampaio (2013), o portal desempenha auxilia na disseminação do conceito e das práticas de REA, além divulgar práticas colaborativas e políticas públicas que apoiam projetos envolvendo REA.

A comunidade reúne, hoje, educadores, cientistas, engenheiros, profissionais de TICs, jornalistas, advogados dentre outros profissionais. “Essa comunidade é formada por todos aqueles que acreditam na Educação Aberta e no Brasil”, argumenta o REA-Brasil (RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS, 2017).

2.5.2 Políticas públicas para REA

De acordo com o REA-Brasil (2014 *apud* SILVA, 2014, p. 32), algumas práticas abertas já estão sendo empreendidas e experimentadas no Brasil, no entanto, o sucesso e ampliação do projeto REA no país e também no mundo, depende de iniciativas do poder público de apoio:

é por meio de Políticas Públicas que apoiam os REA e determinem que todo o investimento público na compra ou desenvolvimento de recursos educacionais deve dar preferência a REA. Tais políticas também se justificam pelo fato de que o direito constitucional à educação não apenas fundamenta a dignidade e a cidadania, mas confere ao cidadão seu potencial humano.

Ainda, conforme o REA-Brasil (RECURSOS, 2017), a comunidade brasileira trabalha desde 2008, “apoando o trabalho de decisores políticos na construção de políticas públicas e legislação que garantam o acesso aos recursos educacionais resultantes do investimento público direto e indireto”.

Em relação às políticas públicas, Santana (2012, p.41) complementa que “na medida em que é o Estado que paga, com dinheiro do contribuinte, o desenvolvimento de recursos educacionais deveria receber o direito autoral sobre tais obras e disponibilizá-las sob licenças livres para toda a sociedade”.

A Declaração de Paris de 2012 sobre Recursos Educacionais Abertos reforça a ideia de que para o desenvolvimento dos REA é “preciso incentivar o licenciamento aberto de materiais educativos produzidos com recursos públicos”. Ademais, “os governos e as autoridades competentes podem criar benefícios substanciais para os seus cidadãos, assegurando-se de que o material didático com produção financiada por fundos públicos seja disponibilizado sob licenciamento aberto” (DECLARAÇÃO DE PARIS, 2012 *apud* SILVA, 2014, p. 32).

Portanto, o apoio do poder público para a produção e disponibilização de Recursos Educacionais Abertos (REA) é muito importante para as instituições públicas, pois as produções acadêmicas desenvolvidas nessas instituições advêm de verbas públicas. Assim, para o movimento REA-Brasil “uma política pública de incentivo à adoção de REA por instituições públicas é algo requerido na Sociedade da Informação”. (REA-BRASIL, 2014, *apud* SILVA, 2014, p. 33)

Segundo Rossini e Gonzalez (2012 *apud* SILVA, 2014, p. 13) anualmente,

uma quantidade imensa de dinheiro público (da ordem de bilhões) é gasta pelos governos na compra de materiais didáticos impressos e digitais que não são REA e, portanto, são de acesso restrito, inibindo as possibilidades de reprodução, criação e adaptação de conteúdos por educadores e estudantes.

Em 2012, a UNESCO realizou, em Paris, o Congresso Mundial de REA, que gerou uma declaração convidando governos do mundo todo a determinar que recursos educacionais financiados com recursos públicos devem adotar o modelo REA (FUNDAÇÃO, 2017)

Em abril de 2012, a Comunidade REA Brasil, formada por pessoas de diversas áreas do saber, lançava na Casa da Cultura Digital, em São Paulo, o primeiro livro no país com artigos acadêmicos e relatos de experiências sobre REA na área de política pública e de práticas educativas. É, obviamente, um REA e está disponível para leitura online ou para baixar (FUNDAÇÃO, 2017).

Atuando junto à Comunidade REA, desde 2008, o projeto REA.br, conduzido atualmente pelo Instituto Educadigital com apoio financeiro da *Open Society Foundation*, vem trabalhando para “transformar a política pública de acesso a recursos educacionais financiados com orçamento público”. (FUNDAÇÃO, 2017). Um dos resultados, tanto ao nível federal quanto estadual e municipal é o Plano Nacional da Educação (PNE), aprovado em 2014, que contempla o incentivo a REA em suas metas. (FUNDAÇÃO, 2017).

Ainda no âmbito federal, o Projeto de Lei nº 1.513/2011 “visa garantir que as compras públicas ou contratação de serviços e materiais educacionais sejam regidas por meio de licenças livres, permitindo a difusão e a ampliação do acesso a esses bens por toda a sociedade”. (A REDE, 2017)

Ao nível municipal, existe uma política pública de REA elaborada no município de São Paulo, desde o Decreto nº 52.681, de 26 de setembro de 2011, “que dispõe sobre o licenciamento obrigatório das obras intelectuais produzidas ou subsidiadas com objetivos educacionais, pedagógicos e afins, no âmbito da rede pública municipal de ensino”.

Em 2013, o Projeto de Lei (PL) nº 989/2011 foi vetado pelo então Governador Geraldo Alckmin que “validou a necessidade de REA, mas vetou a proposta de lei no Estado de São Paulo, por vício de iniciativa em função de conflito entre as competências privadas do Poder Executivo e do Poder Legislativo do Estado” (RECURSOS, 2017). Para Gonsales (*apud* SPRESSO, 2013), “o projeto determinava que todo o conhecimento produzido ou comprado pela Administração Pública Estatal, direta ou indireta, fosse licenciado como REA”. Ainda para a Gonsales, o PL “também previa que esse conhecimento fosse disponibilizado livremente pela Internet. Dessa forma, todo o conhecimento produzido por universidades estaduais, por exemplo, poderia ser acessado, reutilizado e adaptado por terceiros”. Finaliza, alegando que “há um profundo desconhecimento da equipe executiva do Governo de SP sobre REA”.

2.5.3 Creative Commons

As discussões sobre Recursos Educacionais Abertos, em inglês *Open Educational Resources* (OER), intensificaram-se a partir de 2001 com a criação das licenças *Creative Commons* (CC). *Creative Commons* é “uma organização sem fins lucrativos criada em 2000, por Lawrence Lessing, professor de direito da Universidade de Stanford dos Estados Unidos, com o objetivo de facilitar e incentivar o compartilhamento do conhecimento por meio de licenças livres” (SILVA, 2014, p. 36).

“Com as licenças CC, os autores ou outros detentores de direitos autorais podem de maneira simples e padronizada dar ao público permissão para compartilhar e usar o seu trabalho criativo” (CREATIVE, 2017). Neste sentido, o *Creative Commons* é um “mecanismo legal que permite o compartilhamento de materiais abertamente licenciados, mas de acordo com o interesse do autor, ou seja, ao autor é facultada a liberdade de especificar o tipo de permissão que será atribuído.” (SILVA, 2014, p. 36)

Segundo SILVA (2014, p. 37) para licenciar uma obra com o *Creative Commons*, este é o processo:

acessar o site do Creative Commons, responder algumas questões sobre a obra e definir sobre quais atribuições serão licenciadas. A licença é gerada automaticamente. Resumindo, as licenças Creative Commons permitem alterar facilmente os seus termos de direitos autorais, pois as permissões e formas de uso são atribuídas de acordo com o interesse do autor original.

No Brasil, *Creative Commons* é representado pela Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas. As licenças CC já foram adotadas e adaptadas à legislação e à realidade das publicações brasileiras (SILVA, 2014, p. 38).

Conforme SILVA (2014, p. 38), “mesmo os materiais disponibilizados sobre as licenças mais permissivas, do *Creative Commons*, não excluem a possibilidade de que o devido crédito de propriedade intelectual seja dado ao seu autor”. Ademais, não se trata somente de uma questão de disponibilizar livremente o material, pode-se também melhorar outros materiais que também estejam sobre a mesma condição, e assim dá-se continuidade ao Ciclo REA.

Amiel e Santos (2013 p. 130) afirmam que “licenças como *Creative Commons* são de fácil entendimento e claramente identificadas por meio de texto ou imagem”. As licenças *Creative Commons* seguem seis parâmetros de atribuição, conforme se observa no quadro a seguir:

Tabela 1 - Tipos De Licenças

	CC BY: Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. É a licença mais flexível de todas as licenças disponíveis. É recomendada para maximizar a disseminação e uso dos materiais licenciados.
	CC BY-SA: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos. Esta licença costuma ser comparada com as licenças de software livre e de código aberto "copyleft". Todos os trabalhos novos baseados no seu terão a mesma licença, portanto quaisquer trabalhos derivados também permitirão o uso comercial. Esta é a licença usada pela Wikipédia e é recomendada para materiais que seriam beneficiados com a incorporação de conteúdos da Wikipédia e de outros projetos com licenciamento semelhante.
	CC BY-ND: Esta licença permite a redistribuição, comercial e não comercial, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.
	CC BY-NC: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.
	CC BY-NC-SA: Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.
	CC BY-NC-ND: Esta é a mais restritiva das nossas seis licenças principais, só permitindo que outros façam download dos seus trabalhos e os compartilhem desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

Fonte: Creative Commons, 2017

2.6 Centro de Artes e Comunicação

A criação do Centro de Artes e Comunicação (CAC), da UFPE, ocorreu em 1975, pela junção da Escola das Belas Artes, da Faculdade de Arquitetura, do Departamento de Letras e do Curso de Biblioteconomia (UNIVERSIDADE, 2017)

O CAC tem como missão “desenvolver cultura, ciência e tecnologia no âmbito das artes e da comunicação. Ao longo do tempo, formou profissionais nas duas áreas, planejando e implementando atividades de ensino, pesquisa e extensão” (UNIVERSIDADE, 2017).

O CAC engloba os departamentos de Arquitetura e Urbanismo, Ciência da Informação, Comunicação Social, Expressão Gráfica, Design, Letras, Música e Teoria da Arte e Expressão Artística. Considerado como um centro dinâmico, “realiza exposições periódicas de artes plásticas, desenho, fotografia, projetos arquitetônicos e de pesquisa, música, dança, literatura, design e teatro” (UNIVERSIDADE, 2017).

2.7 Repositório Institucional da UFPE

O Repositório Institucional (RI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tem como missão “reunir, armazenar, preservar, divulgar e garantir o acesso confiável e permanente à produção acadêmica e científica da Universidade, em um único local virtual” (REPOSITÓRIO, 2017).

O RI “está inserido no movimento mundial de acesso aberto à produção científica” e apresenta um “modelo de gestão para documentos eletrônicos que proporciona maior visibilidade à produção intelectual da Universidade, disponibilizando para a sociedade o resultado de suas atividades de pesquisa, criação e inovação” (REPOSITÓRIO, 2017).

A implantação do RI teve início em 2008 com o apoio do IBICT no tocante ao recebimento do kit tecnológico e sua implementação vem se desenvolvendo desde 2013.

No RI estão disponíveis para acesso via web os trabalhos de conclusão de mestrado e doutorado. Segundo o website da UFPE, entre os anos 1979 a 2016, consta um total de 15.088 documentos inseridos no Repositório Institucional (RI), dados coletados de 2016 (REPOSITÓRIO, 2017).

Conforme o website da UFPE:

o novo endereço substitui a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFPE”. Agora, toda a base digital de teses e dissertações referentes de anos anteriores a 2012 está disponível no RI. A mudança ocorreu em maio de 2014, quando houve a migração automática da base de aproximadamente nove mil teses e dissertações que estavam no Sistema de Publicação Eletrônica de Teses e Dissertações (TEDE) para o software livre utilizado pelo Repositório Institucional (UNIVERSIDADE, 2017).

A pesquisa no website pode ser realizada através da busca simples ou avançada. O website permite também que seja feita a navegação a partir dos atalhos de comunidades e coleções, por data de publicação, autores, títulos e assuntos. A página pode ser visualizada em três idiomas, português, inglês e espanhol (REPOSITÓRIO, 2017).

O repositório está organizado em comunidades que correspondem aos centros acadêmicos da UFPE, memória, além de teses e dissertações. Cada comunidade “pode reunir sua produção em diferentes coleções que contemplam vários tipos de documentos, a exemplo de teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), artigos de periódicos e livros” (REPOSITÓRIO, 2017).

O repositório também dispõe do mapa do website para facilitar a sua navegação.

Segue a página web inicial do RI da UFPE (REPOSITÓRIO, 2017):

Figura 2 - Página Inicial do Repositório Institucional da UFPE

Fonte: REPOSITÓRIO, 2017

Segundo notícia da Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFPE, o Repositório Institucional é:

O 13º do Brasil, segundo o ranking da Webometrics 2017, mantendo a posição com relação ao ranking de 2016. Na América Latina, a UFPE ocupa a 24ª posição, e, no mundo, a Universidade está na 520ª posição, superando os números do ranking 2016, quando ficou na 30ª e na 618ª posição, respectivamente. A Webometrics é uma iniciativa do Cybermetrics Lab, um grupo de pesquisa pertencente ao Consejo Superior de Investigaciones Científicas (CSIC). O objetivo desse ranking é apoiar iniciativas de acesso aberto e, portanto, o acesso gratuito às publicações científicas em formato eletrônico e demais materiais acadêmicos. Os indicadores web são usados para medir a visibilidade e o impacto dos repositórios científicos global” (UNIVERSIDADE, 2017).

A presente revisão de literatura possibilitou apresentar os temas de maior relevância para que fosse possível compreender o contexto dos repositórios institucionais e de tal maneira, apresentar o RI da UFPE para a análise deste trabalho de conclusão de curso.

3 METODOLOGIA

Esta seção tem por finalidade descrever e detalhar etapas da metodologia presente pesquisa. A partir de métodos e técnicas científicas, procurou-se relatar passo a passo os caminhos percorridos para que se pudessem atingir os objetivos pretendidos.

3.1 Classificação da pesquisa e instrumento de coleta de dados

Quanto aos objetivos a pesquisa se caracteriza como descritiva, de acordo com Gil (2002, p. 42) “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O estudo tem uma abordagem quanti-qualitativa. Quantitativa pois utilizou-se de um instrumento fechado que permitiu quantificar respostas à questão da pesquisa. Sobre este tipo de abordagem Fonseca (2002, p. 20) ressalta:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Já a abordagem qualitativa permite analisar e interpretar os dados obtidos de modo a discutir acerca do tema.

Goldenberg, 1997 (*apud* FONSECA, 2002, p. 31) afirmar que a pesquisa qualitativa:

não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

3.2 Universo e Amostra

O universo da pesquisa foi constituído por docentes lotados no Centro de Artes e Comunicação (CAC). O CAC é composto por oito (08) departamentos, que já foram antes mencionados, com um total de duzentos e noventa e quatro docentes (294), conforme levantamento nas páginas de cada Departamento do website oficial da UFPE (UNIVERSIDADE, 2017).

Em segundo levantamento, desse quantitativo, obteve-se acesso a duzentos e cinquenta e um (251) endereços eletrônicos. No entanto, dezenove (19) endereços estavam

inconsistentes, ou seja, desatualizados e, portanto, foram excluídos do universo. De tal modo, contabilizou-se o total de duzentos e trinta e dois (232) endereços, aos quais foram enviados os questionários.

Destaca-se o fato de que os acontecimentos de ocupação na UFPE e a greve geraram problemas para a coleta de dados. Por tais motivos, optou-se por uma amostragem aleatória, independente da quantidade de resposta por departamento, desde que contemplasse 20% de retorno. A coleta dos dados foi realizada entre 25 de janeiro a 03 de fevereiro de 2017.

3.3 Instrumento de coleta de dados

Na pesquisa, utilizou-se o “Questionário” como instrumento para a coleta de dados. O questionário continha perguntas introdutórias, com a finalidade de conhecer a qual departamento o docente está vinculado e dados gerais como nome e idade; esses dados foram apontados como opcionais.

As perguntas realizadas abordavam sobre os temas: Movimento de Acesso Aberto, Repositório Institucional da UFPE, material científico e(ou) acadêmico digital (REA) e Licença *Creative Commons*, além de perguntas específicas sobre utilização do repositório e disposição para compartilhamento da produção intelectual, permitindo assim, que fosse possível avaliar a utilização e a tendência ao uso do repositório da Universidade Federal de Pernambuco.

As informações foram coletadas por meio de questionário estruturado com perguntas fechadas e complementação de itens abertos, enviado via *Google.docs*.

A etapa inicial da pesquisa dos contatos dos docentes consistiu no levantamento dos endereços eletrônicos através dos sites oficiais de cada departamento. Quando as páginas não concediam esses dados, optou-se pelo encaminhamento de uma solicitação, via e-mail, ao próprio departamento para que fosse enviada uma lista de contatos. Isso ocorreu com três departamentos: Letras, Expressão Gráfica e, Teoria da Arte e Expressão Artística. E o departamento de Design, ao invés de disponibilizar a lista de e-mails, solicitou que o questionário fosse enviado para o contato da secretaria, e assim, eles próprios encaminhariam aos docentes.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O processo de coleta dos dados foi realizado a partir do envio dos questionários para os docentes. Foram obtidos os resultados de quarenta e seis (46) respondentes, totalizando 20% de retorno.

Os departamentos da pesquisa estão apresentados na tabela a seguir:

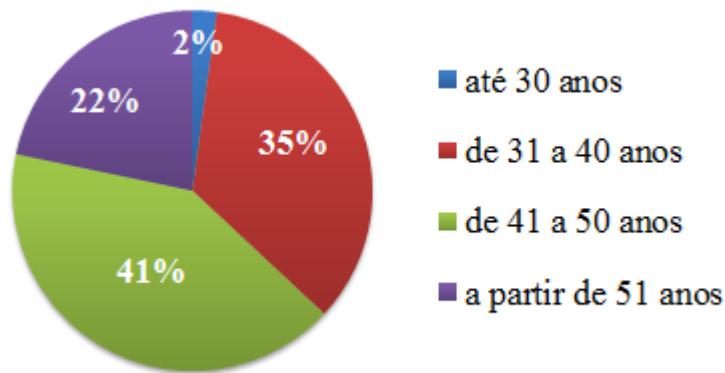
Tabela 2 – Coleta De Dados

DEPARTAMENTO	TOTAL DE ENVIOS	QUANT. DE RESPOSTAS
Arquitetura e Urbanismo	23	7
Ciência da Informação	27	8
Comunicação Social	36	5
Design	25	4
Expressão Gráfica	17	5
Letras	61	10
Música	14	3
Teoria da Arte e Expressão Artística	29	4
TOTAL	232	46

Fonte: Dados da pesquisa

Sobre os dados gerais dos docentes, foi perguntado sobre a idade e os cursos de vinculação no CAC.

Gráfico 1: Idade dos respondentes



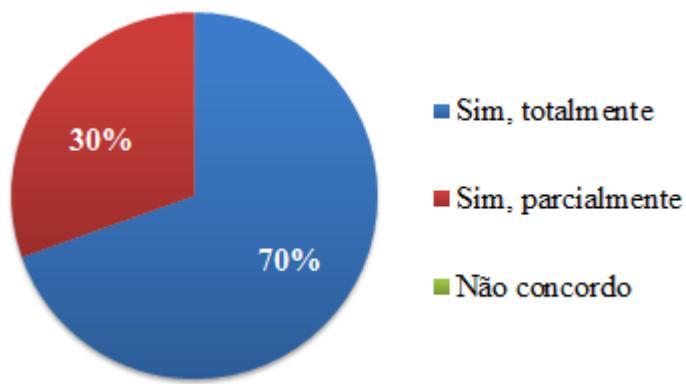
Fonte: Próprio Autor

Foi percebido que 63% dos docentes estão entre a faixa de 41 a mais de 51 anos, isto indica que são profissionais de gerações anteriores à revolução digital, portanto, torna-se necessária uma sensibilização maior para o uso do repositório.

Quanto aos cursos, obteve-se como respostas: Arquitetura e Urbanismo, Artes Visuais, Biblioteconomia, Canto, Cinema e Audiovisual, Dança, Design, Expressão Gráfica, Gestão da Informação, Instrumento, Jornalismo, Libras, Língua Espanhola, Língua Inglesa, Língua Portuguesa, Música, Publicidade e Propaganda, Rádio TV e Internet e Teatro.

Questão 1: Entende-se que o Movimento de Acesso Aberto (AA) é uma iniciativa que defende o acesso à produção intelectual principalmente através de meios digitais. Você concorda com a divulgação de suas publicações em acesso aberto?

Gráfico 2: Divulgação em Acesso Aberto

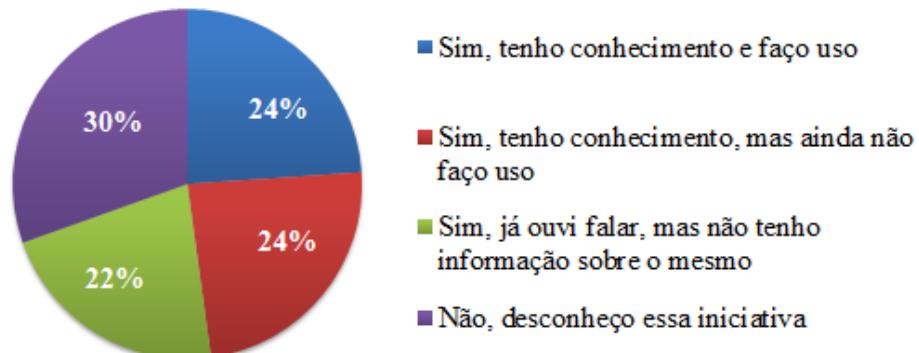


Fonte: Próprio Autor

Percebeu-se que 70% dos respondentes concordam em depositar toda a sua produção intelectual. E 30% tem a intenção de realizar o depósito parcial de seus materiais desenvolvidos. Em geral conclui-se que os docentes têm conhecimento e compartilham dos princípios do Movimento de Acesso Aberto, além de considerarem pertinente a disponibilidade da produção científica em meio aberto.

Questão 2: O Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco é uma iniciativa que tem o objetivo de registrar, preservar e disponibilizar em acesso aberto a produção intelectual da instituição. Você tem conhecimento e utiliza o referido repositório?

Gráfico 3: Conhecimento e utilização do RI



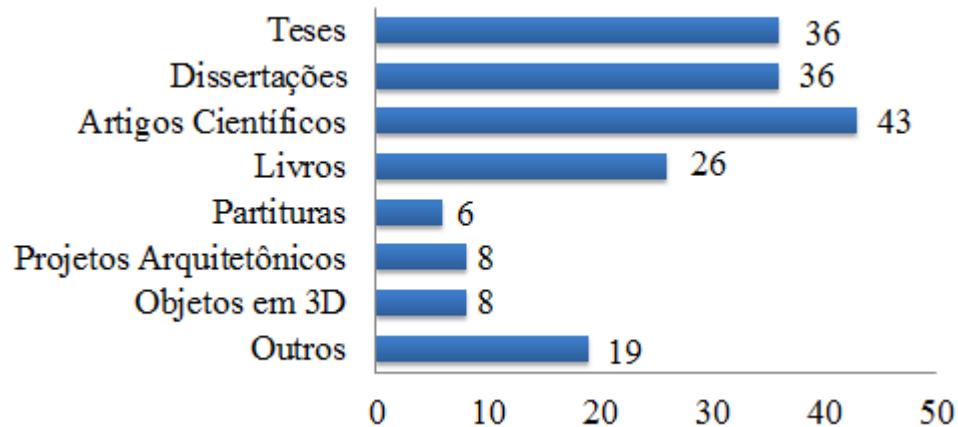
Fonte: Próprio Autor

Em relação ao conhecimento da existência do Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco 30% dos docentes afirmaram não conhecer o referido repositório. A maioria dos docentes que desconhece o RI é do departamento de Letras (50%) e de Comunicação Social (60%). Além disso, 22% dos docentes do CAC ouviram falar sobre o RI, mas não possuem informação sobre o mesmo. Isso totaliza 42%. Ou seja, boa parte desconhece a existência do repositório, talvez porque ainda não foi realizada uma ampla campanha de divulgação do referido repositório. Tornando-se assim necessária uma maior divulgação dessa ferramenta, assim pode-se conseguir mais colaboração quanto ao povoamento do mesmo, de maneira a ampliar a divulgação da informação científica produzida pela instituição acadêmica.

Além disso, foi obtido que quase a metade, ou seja, 48% tem conhecimento sobre o RI, mas foi verificado que somente 24% já o utiliza.

Questão 3: Se já faz uso ou está disposto(a) a fazer uso do Repositório Institucional que tipos de material científico e/ou acadêmico digital você disponibiliza ou está propenso(a) a depositar?

Gráfico 4: Tipos de materiais



Fonte: Próprio Autor

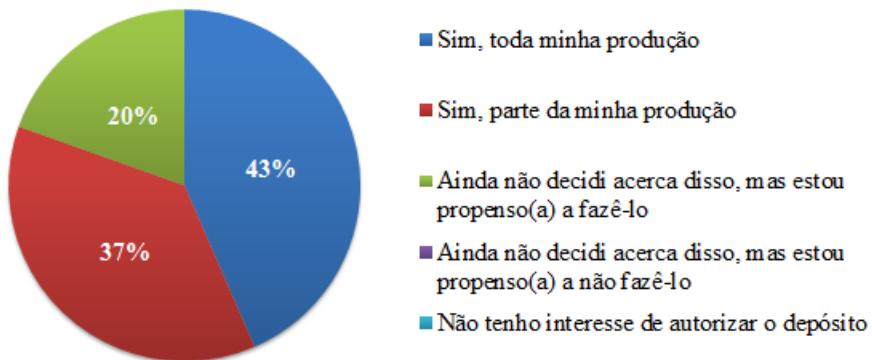
Quarenta e três docentes (43) do total de quarenta e seis (46) respondentes indicaram os artigos científicos, seguindo-se as teses e dissertações, por 36 professores e os livros, por 26. Houve menos indicação para partituras, projetos arquitetônicos e objetos em 3D.

Os que assinalaram a opção "Outros" indicaram que além dos materiais que constam no gráfico, tinham a intenção de depositar: publicação resultante de financiamento público; filmes; fotografias; roteiros; apresentações eletrônicas de palestras; resumos; maquetes; vídeos (em libras); manuscritos; materiais didáticos (slide; vídeo aula; textos); obras de arte; desenhos; animações; documentários; entrevistas; trabalhos artísticos; trabalhos de conclusão de curso; publicações de revistas e de periódicos; traduções publicadas (em livras); produções audiovisuais; softwares e aplicativos.

Interessante pontuar que todos os sujeitos da pesquisa concordaram em depositar pelo menos um tipo de material, isso demonstra uma predisposição a divulgar suas publicações.

Questão 4: Quando o Repositório Institucional tiver disponibilizado a comunidade do CAC para inserção de materiais digitais, você pretende autorizar o depósito de sua produção intelectual?

Gráfico 5: Autorização de Depósito



Fonte: Próprio Autor

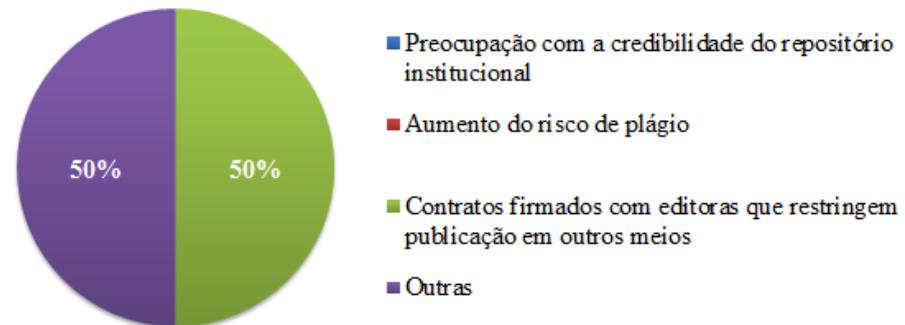
Constatou-se que 43% pretende autorizar o depósito de toda a própria produção, sendo 80% do Departamento de Comunicação Social, e 62% de docentes do Departamento de Ciência da Informação.

No entanto, em geral 37%, somente de parte dela. E 20% ainda não decidiu, mas há propensão a fazê-lo.

Quanto a esta questão foi identificado um fato interessante comparando os resultados com a da primeira pergunta, pois os docentes ao serem questionados se estariam dispostos a depositar toda a sua produção em acesso aberto, 70% deles responderam de forma afirmativa. No entanto, nesta questão quando foram questionados se tinham a intenção de depositar toda a sua produção no RI da UFPE, a estatística caiu para 43%, mas não houve indicação das razões.

Questão 4.1: Se estiver propenso(a) a não autorizar o depósito ou em caso de ter respondido "Não" à pergunta anterior, aponte as razões:

Gráfico 6: Razões para não autorização de depósito

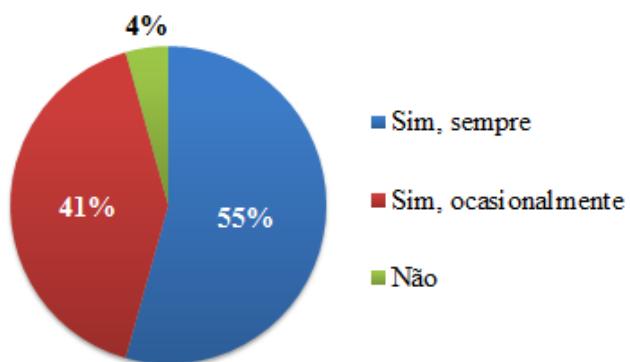


Fonte: Próprio Autor

Visto que nenhum respondente assinalou uma das opções: “Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a não fazê-lo” ou “Não tenho interesse de autorizar o depósito”, entende-se que dentre os 20% que ainda não decidiram e estão propensos, na verdade: 50% apontaram “Contratos firmados com editoras que restringem publicação em outros meios”, e os outros 50% alegaram: questões de copyright e publicações de interesse de segurança nacional como razões impeditivas. Ocorreram respostas dos seguintes departamentos: Ciência da Informação, Comunicação Social e Arquitetura e Urbanismo. Ou seja, as razões que impediram os docentes a depositarem no repositório estão mais ligadas a diretores autorias do que a confiabilidade no RI da UFPE.

Questão 5: Em geral, repositórios institucionais permitem o gerenciamento da produção intelectual pelo próprio autor. Se a UFPE adotar esse recurso, você estaria disposto(a) a realizar o auto depósito/auto arquivamento de sua produção?

Gráfico 7: Autoarquivamento



Fonte: Próprio Autor

Através do resultado obtido identificou-se uma tendência à prática do autoarquivamento por parte dos docentes (55%). Os docentes dos departamentos de Ciência da Informação, Arquitetura e Urbanismo e Letras foram os que mais responderam que estavam dispostos a sempre autodepositar suas publicações. Assim pode-se afirmar, a partir dos dados obtidos com a pesquisa, que mais da metade dos docentes da amostra estão propensos à realização do autoarquivamento de suas publicações.

Questão 6: De acordo com a Lei dos Direitos Autorais (Nº 9.610/98) os direitos de autor *copyright* são do(s) autor(es), mas em alguns casos, o autor "cede" a titularidade desses direitos ao(s) editor(s), em contrato. Para depositar no repositório, em acesso aberto, a publicação não pode ser objeto de acesso restrito ou ter embargo. Para poder ter o direito de

divulgar no repositório institucional, ao invés de "ceder" a titularidade ao editor você concorda em "fornecer" uma licença?

Gráfico 8: Lei dos Direitos Autorais

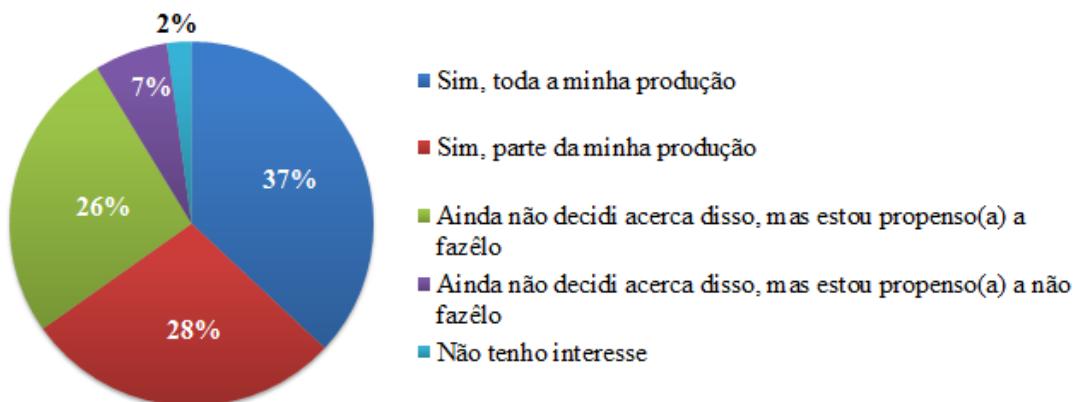


Fonte: Próprio Autor

74% dos docentes responderam afirmativo sobre a possibilidade de se conceder uma licença invés de transmitir a titularidade dos direitos autorais de sua produção. Já uma parcela (22%) afirmou desconhecer essa condição. Talvez se os docentes conhecessem melhor esta opção de fornecimento de licença ao invés de ceder os direitos de autor a parcela que concordaria estariam quase 100%, já que grande parte demonstram-se a favor da divulgação de sua produções intelectuais em acesso aberto.

Questão 7: No âmbito acadêmico, os recursos educacionais digitais têm sido cada vez mais adotados pelos docentes. Você estaria disposto(a) a publicar seu material didático no repositório?

Gráfico 9: Recursos Educacionais Abertos

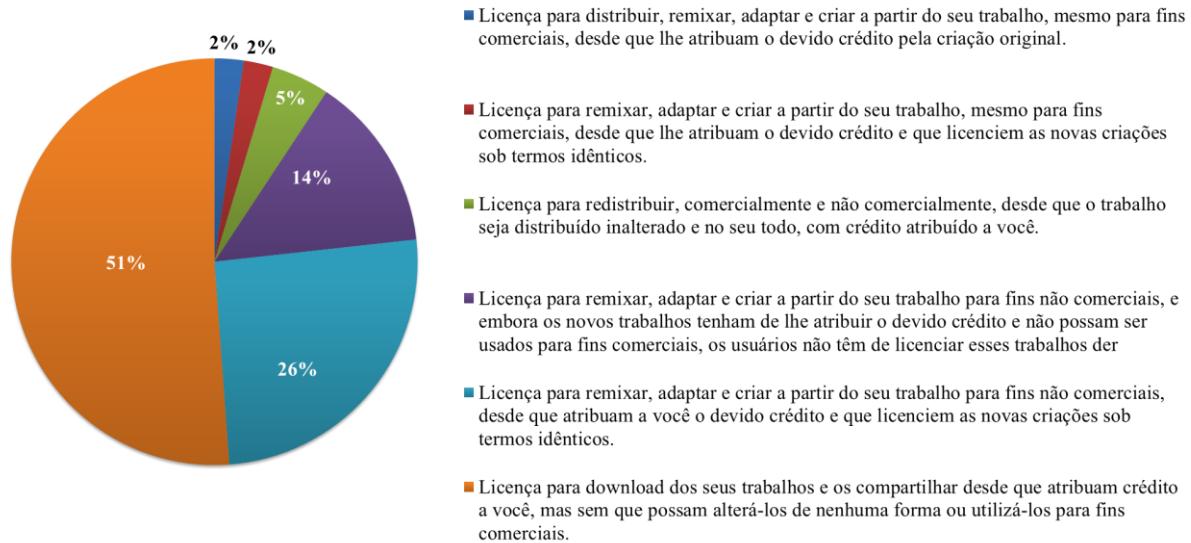


Fonte: Próprio Autor

Observou-se que 37% dos docentes consideraram pertinente disponibilizar a seus materiais didáticos em um repositório digital de acesso livre. No entanto, observou-se que 9% dos professores, que corresponde a somente 2 respondentes, alegaram que não têm a intenção de depositar seu material didático, os mesmos defenderam sua resposta dizendo que os materiais utilizados em aula são usados também em outras instituições que não permitem sua distribuição apenas o uso em sala, o outro respondeu apenas complicações múltiplas. A parcela de docentes que não estão dispostos a depositar seu material é muito pequena em comparação aos que afirmaram ter interesse em armazenar suas produções.

Questão 7.1: Em caso afirmativo, quais das atribuições da Licença *Creative Commons* você concederia à maioria do seu material publicado?

Gráfico 10: Licença Creative Commons



Fonte: Próprio Autor

A licença de maior destaque (51%) foi a CC BY-NC-ND (Atribuição - Sem Derivações - Sem Derivados) que permite aos usuários apenas o acesso a publicações, sem que haja a possibilidade de editar o material, e a licença utilizada atualmente no repositório da UFPE. A grande maioria escolheu a licença que permite apenas o download das publicações sem permitir a realização de alguma alteração. Percebendo-se assim que não há muita aceitação quanto às questões de remixagem, adaptação e criação a partir do trabalho do autor original. Entende-se que não há uma cultura de compartilhamento aberto para reuso.

7 CONCLUSÕES

O presente trabalho abordou como tema principal a análise da tendência de uso do Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco. Em relação à pesquisa realizada, buscou-se saber se os docentes dos diversos Departamentos do Centro de Artes e Comunicação tinham conhecimento da existência do repositório, se já fazem uso ou se tem a intenção de utilizá-lo através do depósito de suas publicações e materiais produzidos no âmbito científico e acadêmico.

Foi realizado um levantamento dos principais conceitos e de definições acerca do tema em estudo, através de uma pesquisa bibliográfica. Foram discutidos temas como, surgimento do Acesso Aberto, movimentos de apoio, Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), repositório digital e tipos existentes com ênfase nos institucionais.

Sobre a Iniciativa dos Arquivos Abertos é importante frisar que, esta iniciativa é uma das principais responsáveis pelos avanços tecnológicos que ocorreram em consequência dos movimentos em favor do Acesso Aberto à informação. Tendo como principal facilitador a interoperabilidade entre bases online e recuperação da informação contida em tais recursos.

No que diz respeito aos repositórios institucionais, pode-se observar que eles permitiram às universidades a modernização nos processos de publicação, divulgação da produção acadêmica e a preservação em longo prazo. São fontes de divulgação de informação em diversas áreas do conhecimento, podendo dar acesso a documentos de valor cultural, histórico e social, bem como o seu armazenamento para construção da história da instituição acadêmica vinculada.

No que tange a importância e as vantagens da implantação de um repositório institucional de acesso aberto é possível destacar: maior visibilidade para a instituição e para os pesquisadores; maior visibilidade, acessibilidade e circulação da produção institucional; aumento no impacto dos resultados de pesquisa, aumentando consequentemente o uso desses resultados e a citação; aceleração do progresso científico; preservação e controle da produção científica. Ainda sobre o tema, o software DSpace tem sido o mais usado para a implementação de repositório e tem como principal incentivador no Brasil, o IBICT.

No entanto, vale ressaltar que para manter um repositório não é necessário apenas “ter a disponibilidade de tecnologias e um parque computacional, mas principalmente desenvolver mecanismos que estimulem a comunidade institucional a depositar a sua produção científica” (LEITE, 2009, p. 9).

Com o resultado obtido através da pesquisa realizada pode-se concluir que os docentes do Centro de Artes e Comunicação demonstraram-se favoráveis ao Movimento de Acesso Aberto, além disso, que há uma preocupação destes docentes, da amostra da pesquisa, em registrar e divulgar sua produção científica, de modo geral, fazendo-se necessária a continuidade da implementação do RI da UFPE, inclusive dos REA. Percebe-se a necessidade de sensibilização dos docentes para adesão ao projeto do RI de maneira a consolidar a participação de todos em prol desse recurso importante para maior visibilidade maior as produções da UFPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, V. B. A. Open archives: via verde ou via dourada?. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.2 n.2, p.127-137, ago/set. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1780/2172>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

AMIEL, Tel. Educação Aberta: configurando ambientes, práticas e recursos educacionais. In: SANTANA, Bianca; ROSSINI, Carolina; PRETTO, Nelson de Lucca (Orgs.). **Recursos Educacionais Abertos: práticas colaborativas e políticas Públicas**. Salvador: Edufba; São Paulo: Casa da Cultura Digital, 2012. p. 17-33.

A REDE EDUCA. 2017. O advocacy e a educação aberta. Disponível em: <<http://www.areded.inf.br/o-advocacy-e-a-educacao-aberta-01/>> Acesso em: 01 fev. 2017

BAPTISTA, A. A. et al. **Comunicação científica: o papel da Open Archives Initiative no contexto do acesso livre**. Enc. Bibl: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, 1º sem. 2007. Número especial. Disponível em: <http://www.encontros-bibli.ufsc.br/bibesp/esp_06/bibesp_esp_06_baptista_esp_20071.pdf>. Acesso em: 5 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Sistema para Construção de Repositórios Institucionais Digitais (DSpace)**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/pesquisa-desenvolvimento-tecnologico-e-inovacao/Sistema-para-Construcao-de-Repositorios-Institucionais-Digitais>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.ibict.br/>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

BLOG DO KURAMOTO, Uma década de Acesso Livre (Open Access – OA). Disponível em: <<https://kuramoto.wordpress.com/2010/12/28/uma-decada-de-acesso-livre-open-access-0a/>> Acesso em: 29 jan. 2017

BOMFÁ, Claudia Regina Ziliotto et al. Acesso livre à informação científica digital: dificuldades e tendências. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p.309-318, set./dez., 2008.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. 2002. Disponível em: <<http://www.soros.org/openaccess/read.shtml>>. Acesso em: 8 nov. 2016.

CAFÉ, Lígia et al. **Repositórios institucionais: nova estratégia para publicação científica na rede**. In: ENCONTRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 13. , 2003, Belo Horizonte. Anais... Disponível em: <http://dspace.ibict.br/dmdocuments/ENDOCOM_CAFE.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CAMARGO, Liriane Soares de Araújo de; VIDOTTI, Silvana Ap. Borsetti Gregorio. **Arquitetura da informação para repositórios científicos digitais.** In: SAYÃO, Luíz Fernando et al. (Orgs.). Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.

CARDOSO, Elisabete Paula Coelho. **Estudos sobre Re却titórios Institucionais e Re却titórios de Recursos Educativos: metodologias, resultados e recomendações.** 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sistemas de Informação, Universidade do Minho, Minho, 2009.

CASTRO, Rosângela Lacerda; PELUFÊ, Marilaine Schaun; ARRUDA, Rosângela Galon Arruda. Re却titórios digitais da Embrapa: acesso livre a produção técnico-científica. Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25. Florianópolis, SC, Brasil, jun, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1442/1443>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CHALHUB, Tania. **Ações para Implantação de Re却titórios Institucionais em Universidades Públicas no Estado do Rio de Janeiro.** Informação & Sociedade, João Pessoa, v.22, n.2, p. 115-126, maio/ago. 2012

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis, Sc. **Re却titório Institucional e Biblioteca Digital como sistema de informação científica: uma análise na Universidade Federal do Maranhão.** Florianópolis: 2013. 13 f. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/1441/1442>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (CONARQ). Diretrizes para a Implementação de Re却titórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/diretrizes_rdc_arq.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2016.

COSTA, S. **Abordagens, estratégias e ferramentas para o acesso aberto via periódicos e re却titórios institucionais em instituições acadêmicas brasileiras.** Liinc em Revista, v. 4, n. 2, p. 218-232, set. 2008. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/281/172>>. Acesso em: 15 ago 2016.

CRUZ-RIASCOS, Sonia; Rezende, Laura; TORRES, Denilza Lima. Herramientas de acceso abierto en la Universidade Federal de Goiás, Brasil: una prospección. **Rev. Interam. Bibliot.** Medellín, Colombia, v. 39, n 2, p 163-170, mayo/ago, 2016. ISSN 0120-0976

DECLARAÇÃO DA CIDADE DO CABO PARA EDUCAÇÃO ABERTA: Abrindo a promessa de Recursos Educativos Abertos, 2007. Disponível em: <<http://www.capetowndeclaration.org/>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

CREATIVE COMMONS BRASIL.(Web site). Disponível em: <<http://creativecommons.org.br/>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

DODEBEI, V. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. 2009. In: SAYÃO, L. et al. **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador, EDUFBA, 2009. p. 83-106

FERNAL, Alexandre; VECIATO, Fernando Luiz. Repositórios digitais como ambientes de atuação do arquivista: um estudo dos princípios arquivísticos e da preservação digital nesse contexto. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 103 – 122, jan./jun. 2013. Disponível em: www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/download/17272/pdf_1

FERNAL, Alexandre; VECIATO, Fernando Luiz. REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE ATUAÇÃO DO ARQUIVISTA: enfoque nos princípios arquivísticos e na gestão documental. Anais do V SECIN, 2013, p. 820 - 839

Disponível em:

<<http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2013/secin2013/paper/viewFile/104/109>>

FERNANDES, Andréia Ferraz; SINGER, Talyta Todescat. **Conhecimento Compartilhado**: Recursos Educacionais Abertos na educação superior. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/panam/pdf/GT4_Art11_Andrea.pdf> Acesso em: 06 jan. 2017.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FUNDAÇÃO VANZOZOLINI. 2017. Educação aberta, recursos educacionais abertos e o desafio de educar na cultura digital. Disponível em: <<http://www.vanzolini-gte.org.br/educacao-aberta-recursos-educacionais-abertos-e-o-desafio-de-educar-na-cultura-digital>> Acesso em: 06 jan. 2017.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

HEERY, R.; ANDERSON, S. **Digital repositories review**. Disponível em: <http://www.jisc.ac.uk/uploaded_documents/digital-repositories-review-2005.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um novo modelo para o Brasil. **Ci. Inf.**, v.35, n.2, p. 91-102, 2006. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652006000200010>.

KURAMOTO, Hélio. Informação científica: proposta de um modelo para o Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 91-102, maio/ago, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a10v35n2.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2016.

LEITE, Fernando César Lima; COSTA, Sely. **Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico**. Perspect. Ciênc. Inf, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p.206-219, mai./agost. 2006

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.** Brasília, DF: IBICT, 2009.

LYNCH, C. A. Institutional repositories: essential infrastructure for scholarship in the digital age. Association Research Libraries - ARL, n. 226, p 1-7, Feb. 2003. Disponível em: <<http://www.arl.org/resources/pubs/br/br226/br226ir.shtml>>. Acesso em: 08 nov 2016.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MANIFESTO BRASILEIRO DE APOIO AO ACESSO LIVRE À INFORMAÇÃO CIENTÍFICA. 2005. Disponível em: <<http://www.livroaberto.ibict.br/Manifesto.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2016.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima and ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspect. ciênc. inf.** [online]. 2006, vol.11, n.1, pp.82-94. ISSN 1981-5344. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362006000100007>

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, maio/ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n2/a04v35n2.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2016.

OLIVEIRA, Renan Rodrigues de; CARVALHO, Cedric Luiz de. **Implementação de Interoperabilidade entre Repositórios Digitais por meio do Protocolo OAI-PMH.** 2009. 56 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Computação, Instituto de Informática Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2009. Disponível em: <www.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_003-09.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2016.

RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTO. 2017. Alckmin valida a necessidade de REA, mas veta a proposta de lei no Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.rea.net.br/site/alckmin-valida-a-necessidade-de-rea-mas-veta-a-proposta-de-lei-no-estado-de-sao-paulo/>> Acesso em: 09 fev. 2017

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DA UFPE. 2017. Disponível em: <<http://www.repository.ufpe.br/>> Acesso em: 06 Fev. 2017

ROSA, F. G. M. G. **A disseminação da produção científica da Universidade Federal da Bahia através da implantação do seu repositório institucional : uma política de acesso aberto.** 2011. 242 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

SANTOS, Andreia Inamorato dos. Educação aberta: histórico, práticas e contexto dos recursos educacionais abertos. In In Santana, Bianca; Rossini, Carolina; Pretto, Nelson De Luca. Recursos educacionais abertos. Práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador: Casa da Cultura Digital/EDUFBA, 2012, p. 71-90.

SANTOS JÚNIOR, E. R. dos. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil: estudo delfos.** 2010. 177 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.

SAYÃO, Luis Fernando; MARCONDES, Carlos Henrique. Software livres para repositórios institucionais: alguns subsídios para a seleção. IN: SAYÃO, et all (Org). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação.** Salvador: EDUFBA, 2009. p. 23-54

SENA, Nathália K. Open Archives: o caminho alternativo para comunicação científica. **Ciência da Informação.** Brasília, v. 29, n. 3, p. 71-78, set./dez. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000300007>. Acesso em: 18 out. 2016.

SÉRIO NETO, Franco de Miranda; GARCIA, Maurício Luis Silva. Recursos educacionais abertos para ead. In: Congresso Brasileiro de Ensino Superior a Distância, 2013, Belém/PA. **Anais...** Belém/PA: UNIREDE, 2013. Disponível em: <<http://www.aedi.ufpa.br/esud/trabalhos/poster/AT3/114319.pdf>>. Acesso em: 02 jan. 2017.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Daniela Nascimento. Recursos Educacionais abertos como fontes de informação de apoio à educação a distância no centro integrado de aprendizagem em rede da Universidade Federal de Goiás. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.

SILVA, Edna Lúcia da; CAFE, Lígia and CATAPAN, Araci Hack. Os objetos educacionais, os metadados e os repositórios na sociedade da informação. *Ci. Inf. [online]*. 2010, vol.39, n.3, pp.93-104. ISSN 0100-1965. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000300008>.

SILVEIRA, M.S.M.; ODDONE, N.E. Livre acesso à literatura científica: realidade ou sonho de cientistas e bibliotecários? In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004, Salvador. **Anais...** Salvador, 2004.

SPRESSOSP. ENTREVISTA. 2017. COORDENADORA DO PROJETO REA-BRASIL FALA SOBRE O VETO DE ALCKMIN. Disponível em: <<http://spressosp.com.br/2013/02/21/recursos-educacionais-abertos-facilitam-acesso-ao-conhecimento/>> Acesso em: 09 fev. 2017.

TRISKA, R.; CAFÉ, L. Arquivos abertos: subprojeto da biblioteca digital brasileira. **Ciência da Informação**, v.30, n.3, p.92-96, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. 2017. CAC. Disponível em: <https://www.ufpe.br/cac/index.php?option=com_content&view=article&id=55&Itemid=71>. Acesso em: 01 fev. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. 2017. UFPE finaliza migração para novo repositório de trabalhos acadêmicos. Disponível em: <https://www.ufpe.br/agencia/index.php?option=com_content&view=article&id=52476:ufpe-finaliza-migracao-para-novo-repositorio-de-trabalhos-academicos&catid=140&Itemid=72>. Acesso em: 01 fev. 2017

VIANNA, Sheila Maria de Vasconcellos; CARVALHO, Rogerio Atem de. **Benefícios da implantação de repositório institucional na preservação da memória institucional**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25, 2013, Florianópolis, SC. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/download/1613/1614>>. Acesso em: 18 out 2016.

VIANA, C. L. M; MÁRDERO ARELLANO, M. A.; SHINTAKU, M. Repositórios institucionais em Ciência e Tecnologia: uma experiência de customização do Dspace. In: Proceedings Simposio Internacional de Bibliotecas Digitais, 3., 2005, São Paulo. Anais... São Paulo. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/7168/1/viana358.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

VIEIRA, E. A.; SILVA, T. C. B. A. O Papel do Bibliotecário na Implementação de Repositórios Institucionais. **Biblionline**, João Pessoa, v. 8, n. 1, p. 86-94, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/download/10712/7512>>. Acesso em: 18 out 2016.

WARE, Mark. Institutional repositories and scholarly publishing. **Learned Publishing**, v. 17, n.2, p. 115-124, 2004

APÊNDICE A – Questionário Aplicado Aos Docentes.

O questionário é parte do trabalho de conclusão de curso “TENDÊNCIA DE USO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL E DE RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS NO CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO” da discente Natália Amélia de Oliveira.

Tem como objetivo analisar a aceitação por parte dos docentes do Centro de Comunicação e Artes da UFPE quanto ao arquivamento da produção intelectual no repositório institucional e tendências no tocante aos recursos educacionais abertos.

1. Autorização e Consentimento

Em caso do(a) respondente concordar em participar da pesquisa, os resultados obtidos serão utilizados, exclusivamente, para fins acadêmicos. Sobre a confidencialidade, divulgaremos apenas o departamento. O anonimato da identidade dos participantes da pesquisa está garantida. Necessitamos do consentimento do respondente para efeito do Comitê de Ética:

- Sim, concordo.
- Não concordo com a divulgação do departamento.

2. Respondente: (Opcional)

3. Departamento:

4. Forneça o(s) curso(s) ao(o) qual(is) está vinculado.

5. Idade:

- até 30 anos
- de 31 a 40 anos
- de 41 a 50 anos
- a partir de 51 anos

QUESTIONÁRIO

1. Entende-se que o Movimento de Acesso Aberto (AA) é uma iniciativa que defende o acesso à produção intelectual principalmente através de meios digitais. Você concorda com a divulgação de suas publicações em acesso aberto?

- Sim, totalmente
- Sim, parcialmente
- Não concordo

1.1 Caso no item anterior tenha respondido "Não", favor indicar o(s) motivo(s):

2. O Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco é uma iniciativa que tem o objetivo de registrar, preservar e disponibilizar em acesso aberto a produção intelectual da instituição. Você tem conhecimento e utiliza o referido repositório?

- Sim, tenho conhecimento e faço uso
- Sim, tenho conhecimento, mas ainda não faço uso
- Sim, já ouvi falar, mas não tenho informação sobre o mesmo

Não, desconheço essa iniciativa

3. Se já faz uso ou está disposto(a) a fazer uso do Repositório Institucional que tipos de material científico e/ou acadêmico digital você disponibiliza ou está propenso(a) a depositar?

- Teses
- Dissertações
- Artigos Científicos
- Livros
- Partituras
- Projetos Arquitetônicos
- Objetos em 3D
- Outros

3.1 Se assinalou "Outros", favor indicar:

4. Quando o Repositório Institucional tiver disponibilizado a comunidade do CAC para inserção de materiais digitais, você pretende autorizar o depósito de sua produção intelectual?

- Sim, toda minha produção
- Sim, parte da minha produção
- Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a fazê-lo
- Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a não fazê-lo
- Não tenho interesse de autorizar o depósito

4.1 Se estiver propenso(a) a não autorizar o depósito ou em caso de ter respondido "Não" à pergunta anterior, aponte as razões:

- Preocupação com a credibilidade do repositório institucional
- Aumento do risco de plágio
- Contratos firmados com editoras que restringem publicação em outros meios
- Outras

4.1.1 Se assinalou "Outras", favor indicar:

5. Em geral, repositórios institucionais permitem o gerenciamento da produção intelectual pelo próprio autor. Se a UFPE adotar esse recurso, você estaria disposto(a) a realizar o autodepósito/autoarquivamento de sua produção?

- Sim, sempre
- Sim, ocasionalmente
- Não

6. De acordo com a Lei dos Direitos Autorais (Nº 9.610/98) os direitos de autor/copyright são do(s) autor(es), mas em alguns casos, o autor "cede" a titularidade desses direitos ao(s) editor(s), em contrato. Para depositar no repositório, em acesso aberto, a publicação não pode ser objeto de acesso restrito ou ter embargo. Para poder ter o direito de divulgar no repositório institucional, ao invés de "ceder" a titularidade ao editor você concorda em "fornecer" uma licença?

- Sim, concordo

- Não concordo
- Não, desconheço sobre esta condição

7. No âmbito acadêmico, os recursos educacionais digitais têm sido cada vez mais adotados pelos docentes. Você estaria disposto(a) a publicar seu material didático no repositório?

- Sim, toda a minha produção
- Sim, parte da minha produção
- Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a fazêlo
- Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a não fazêlo
- Não tenho interesse

7.1 Em caso afirmativo, quais das atribuições da Licença Creative Commons você concederia à maioria do seu material publicado?

- Licença para distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.
- Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.
- Licença para redistribuir, comercialmente e não comercialmente, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.
- Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.

- Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.
- Licença para download dos seus trabalhos e os compartilhar desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.

7.2 Caso tenha respondido "Não", justifique, por favor.

APÊNDICE B – Quantitativo das respostas do questionário por departamento.

1. Entende-se que o Movimento de Acesso Aberto (AA) é uma iniciativa que defende o acesso à produção intelectual principalmente através de meios digitais. Você concorda com a divulgação de suas publicações em acesso aberto?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, totalmente	7	4	4	2	1	3	4	7	32
Sim, parcialmente	1	1	3	2	2	2	0	3	14
Não concordo	0	0	0	0	0	0	0	0	0

2. O Repositório Institucional da Universidade Federal de Pernambuco é uma iniciativa que tem o objetivo de registrar, preservar e disponibilizar em acesso aberto a produção intelectual da instituição. Você tem conhecimento e utiliza o referido repositório?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, tenho conhecimento e faço uso	3	1	4	1	0	0	2	0	11
Sim, tenho conhecimento, mas aindanão faço uso	4	1	3	1	0	2	0	0	11
Sim, já ouvi falar, mas não tenhoinformação sobre o mesmo	1	0	0	1	1	1	1	5	10
Não, desconheço essa iniciativa	0	3	0	1	2	2	1	5	14

3. Se já faz uso ou está disposto(a) a fazer uso do Repositório Institucional que tipos de material científico e/ou acadêmico digital você disponibiliza ou está propenso(a) a depositar?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Teses	7	3	6	3	1	4	4	8	36
Dissertações	6	3	7	3	2	3	4	8	36
Artigos Científicos	7	4	7	4	3	4	4	10	43
Livros	7	3	4	2	0	3	1	6	26
Partituras	1	1	2	0	0	1	0	1	6
Projetos Arquitetônicos	1	1	4	0	0	1	0	1	8
Objetos em 3D	1	1	2	0	0	2	1	1	8
Outros	3	3	3	3	1	2	0	4	19

4. Quando o Repositório Institucional tiver disponibilizado a comunidade do CAC para inserção de materiais digitais, você pretende autorizar o depósito de sua produção intelectual?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, toda minha produção	5	4	1	3	0	2	2	3	20
Sim, parte da minha produção	2	1	4	1	3	1	2	3	17
Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a fazê-lo	1	0	2	0	0	2	0	4	9
Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a não fazê-lo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Não tenho interesse de autorizar o depósito	0	0	0	0	0	0	0	0	0

4.1 Se estiver propenso(a) a não autorizar o depósito ou em caso de ter respondido "Não" à pergunta anterior, aponte as razões:

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Preocupação com a credibilidade do repositório institucional	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aumento do risco de plágio	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contratos firmados com editoras que restringem publicação em outros meios	3	0	1	0	0	0	0	0	4
Outras	1	1	2	0	0	0		0	4

5. Em geral, repositórios institucionais permitem o gerenciamento da produção intelectual pelo próprio autor. Se a UFPE adotar esse recurso, você estaria disposto(a) a realizar o autodepósito/autoarquivamento de sua produção?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, sempre	6	2	6	1	1	3	1	5	25
Sim, ocasionalmente	2	2	1	3	2	2	2	5	19
Não	0	1	0	0	0	0	1	0	2

6. De acordo com a Lei dos Direitos Autorais (Nº 9.610/98) os direitos de autor/copyright são do(s) autor(es), mas em alguns casos, o autor "cede" a titularidade desses direitos ao(s) editor(s), em contrato. Para depositar no repositório, em acesso aberto, a publicação não pode ser objeto de acesso restrito ou ter embargo. Para poder ter o direito de divulgar no repositório institucional, ao invés de "ceder" a titularidade ao editor você concorda em "fornecer" uma licença?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, concordo	7	3	6	4	1	4	3	6	34
Não concordo	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Não, desconheço sobre esta condição	1	2	1	0	2	1	0	3	10

7. No âmbito acadêmico, os recursos educacionais digitais têm sido cada vez mais adotados pelos docentes. Você estaria disposto(a) a publicar seu material didático no repositório?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Sim, toda a minha produção	5	2	1	2	1	2	1	3	17
Sim, parte da minha produção	1	3	3	1	1	1	2	1	13
Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a fazêlo	1	0	2	0	1	2	0	6	12
Ainda não decidi acerca disso, mas estou propenso(a) a não fazêlo	1	0	1	1	0	0	0	0	3
Não tenho interesse	0	0	0	0	0	0	1	0	1

7.1 Em caso afirmativo, quais das atribuições da Licença Creative Commons você concederia à maioria do seu material publicado?

	DCI	DCS	DAU	DTAEA	DM	DEG	DD	DL	TOTAL
Licença para distribuir, remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.	0	1	0	0	0	0	0	0	1

Licença para redistribuir, comercialmente e não comercialmente, desde que o trabalho seja distribuído inalterado e no seu todo, com crédito atribuído a você.	1	0	1	0	0	0	0	0	2
Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho para fins não comerciais, e embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.	0	2	2	1	0	0	1	0	6
Licença para remixar, adaptar e criar a partir do seu trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam a você o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.	4	0	2	0	0	2	1	2	11
Licença para download dos seus trabalhos e os compartilhar desde que atribuam crédito a você, mas sem que possam alterá-los de nenhuma forma ou utilizá-los para fins comerciais.	1	2	2	3	3	2	1	8	22